



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 022/2024

“REGISTRO DE PREÇOS, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO A FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS, AO MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUL, RS.”

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUL, RS**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 92.455.393/0001-46, sediado na Rua Marquês de Tamandaré, 1470, bairro centro, por meio da Pregoeira designada conforme Portaria nº 193/2024, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, demais normas aplicáveis ao objeto deste certame, e as exigências estabelecidas neste Edital.

DATA DA SESSÃO: 03/04/2024

HORÁRIO: 08h30min (horário de Brasília)

LOCAL: Portal de Compras Públicas – www.portaldecompraspublicas.com.br

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

Impugnações e Esclarecimentos até as 14:00 horas do dia 28/03/2024

1 DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a escolha da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso de empresa visando futura e eventual prestação de serviços de transporte intermunicipal de passageiros, por quilômetro efetivamente rodado, ao município de Nova Esperança do Sul, RS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será dividida em **itens**, conforme tabela constante do Termo de Referência, **ANEXO I** deste Edital, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3 O critério de julgamento adotado será o **menor preço do item**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2 DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes são as que constam na minuta de Ata de Registro de Preços.

3 DO CREDENCIAMENTO





3.1 Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

3.2 O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio **www.portaldecompraspublicas.com.br**.

3.3 É de responsabilidade do licitante, além de se credenciar previamente no sistema eletrônico utilizado no certame, de cumprir as regras do presente edital:

3.3.1 Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

3.3.2 Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

3.3.3 Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

3.3.4 Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar da Concorrência na forma eletrônica; e

3.3.5 Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

3.3.6 Conferir a exatidão dos dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, a correção ou a alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3.6.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4 DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**.

4.1.1 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.2 Não poderão participar desta licitação os interessados:



- 4.2.1 Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 4.2.2 Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 4.2.3 Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021;
- 4.2.4 Que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- 4.2.5 Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.3 Como condição para participação no pregão, o licitante assinalará “SIM” ou “NÃO” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.3.1 Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.3.1.1 Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.3.1.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.3.2 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.3.3 Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.3.4 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.3.5 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.6 Que a proposta foi elaborada de forma independente;

4.3.7 Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.8 Que o objeto é prestado por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

4.4 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:





5.1.1 O valor total do item, onde deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou ainda, despesas com transporte ou terceiros, para a perfeita execução do objeto no Município de Nova Esperança do Sul, que correrão por conta da licitante vencedora.

5.1.2 Quantidade cotada, devendo respeitar o quantitativo máximo estipulado.

5.1.3 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações de acordo com as especificações do Termo de Referência, **ANEXO I** deste Edital.

5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.2.1 O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do serviço.

5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

Observação 1: Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço unitário e total até, no máximo, **duas casas decimais após a vírgula**, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação.

5.6 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.7 Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1 A proposta final deverá ser encaminhada pela licitante classificada, conforme item 9 do Edital.

6.2 Os licitantes encaminharão, **exclusivamente** por meio do sistema, os documentos de habilitação exigidos no edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.3 O cadastro da proposta e o envio dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.4 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.



6.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

6.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.8 Os documentos que compõem a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público, após o encerramento do envio de lances.

7 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“ABERTO E FECHADO”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO



7.9 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.10 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.10.1 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.11.1 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.13 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.14 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.15 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.16 O critério de julgamento adotado será o **menor preço por item**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.17 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.19 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.



7.20 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.22 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.23 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.24 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60º, da Lei nº 14.133, de 2021, assegurando-se a preferência, sucessivamente, estabelecida no §1º do mesmo artigo.

7.25 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.26 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital, de acordo com o artigo 61, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.26.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo de 02 (duas) horas**, envie a proposta readequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.27 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 – TCU – Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço inexequível.

8.2.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado,



acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, nos termos do artigo 59, III e §3º, da Lei Federal 14.133/2021.

8.3 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.4 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.5 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, **no prazo de 02 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.7 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.8 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.9 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.10 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada **no prazo de 02 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

9.1.1 ser redigida em língua portuguesa, **de forma clara e detalhada**, isenta de emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, identificadas com o nome da licitante, sendo a última folha datada e assinada, pelo seu proponente ou representante legal;

9.1.2 **conter a razão social da empresa**, endereço atualizado, CNPJ, telefone, fax, e-mail, este último se houver para contato, bem como, nome, CPF, cargo do representante da empresa que firmará contrato com a administração, e dados bancários para fins de pagamento;

9.1.3 **indicação do item cotado**, com a **descrição completa** do mesmo, bem como preço unitário e total, indicados em moeda nacional, em algarismos arábicos, onde deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas,





previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como todas e quaisquer despesas acessórias necessárias à perfeita execução do serviço, objeto desta licitação.

9.1.4 Apresentar **planilha com a composição de custos**, contendo a discriminação dos custos fixos e variáveis que determinaram o valor proposto;

9.1.5 Relação explícita do veículo necessário à prestação dos serviços, **devidamente acompanhada da declaração de sua disponibilidade** para a prestação do serviço objeto do certame, firmada pelo representante da empresa;

9.1.6 **Declaração**, conforme **ANEXO IV** deste Edital, de possuir todas as condições para a execução dos serviços, objeto desta licitação, tão logo seja solicitado.

9.2 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

9.2.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos

9.3 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

9.4 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

9.5 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

10 DA HABILITAÇÃO

10.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Possuir cadastro do Portal de Compras Públicas;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU ([https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0](https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0;));

10.1.1 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)



10.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.2.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.2.2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.2.3 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

10.3 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.4 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.5 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

10.5.1 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, para que estejam vigentes na data de abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta inicial, a respectiva documentação.

10.6 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

10.7 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.8 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.9 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.9.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.10 Os licitantes **deverão encaminhar**, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:



10.10.1 Declaração que atende ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358/02 (**Modelo de Declaração Conjunta – Anexo III**).

10.10.2 Declaração que atende ao disposto no art. 18, inciso XII, da Lei Federal nº 12.708/2012, conforme o modelo. (**Modelo de Declaração Conjunta – Anexo III**).

10.10.3 Declaração que cumpre com as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. (**Modelo de Declaração Conjunta – Anexo III**).

10.10.4 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) no caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência

e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.10.4.1 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, bem como da **cópia de documento de identidade** do dirigente, proprietário ou sócio da empresa.

10.10.5 DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (**C.N.P.J.**);

b) Prova de **inscrição no cadastro de contribuintes** estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) **Prova de regularidade para com a União, Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede do licitante**, através de certidões expedidas Pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade, expresso na própria certidão ou, na hipótese das certidões não trazerem o prazo de validade, que elas tenham sido expedidas há, no máximo, 90 (noventa) dias, composta de:

c1) Certidão negativa de débito relativa aos tributos federais e à dívida ativa da união, nela abrangidas as contribuições sociais administradas pela Secretaria da Receita Federal;

c2) Certidão Negativa expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado;

c3) Certidão Negativa expedida pela Prefeitura Municipal da sede do licitante.

d) Prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), dentro do seu período de validade.



e) Prova de inexistência de **débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

10.10.6 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) **certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, no caso de não constar na certidão o seu prazo de validade, a mesma deverá ter sido emitida há menos de sessenta dias da data de apresentação dos documentos.

10.10.7 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Comprovação de aptidão para o fornecimento dos itens compatível com o objeto desta licitação, mediante apresentação de **atestado(s)** fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa licitante.

10.11 No caso de algum documento, ser assinado por procurador deverá ser apresentado também:

a) instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida ou assinado digitalmente através de certificado digital (ICP-Brasil), em que conste os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para formular propostas, dar lances, bem como praticar todos os demais atos inerentes ao certame;

b) cópia de documento de identidade do procurador.

10.12 Para as declarações que não constarem prazo de validade será considerado o prazo de **60 (sessenta) dias a contar da data de emissão**, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ e Atestado(s) de Capacidade Técnica.

10.13 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.14 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

10.14.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.15 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo



poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.16 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.17 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.

10.18 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos para tanto, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.19 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.20 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11 RECURSOS

11.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo vinte minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o **prazo de 03 (três) dias úteis** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em **outros três dias úteis**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.2.4 O recurso, junto com sua motivação, será dirigido à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

11.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.





11.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.1.3 Quando a autoridade superior determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades.

12.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

13.2 Na ausência de recurso, caberá a pregoeira adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

14 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15 DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

15.1 Não haverá exigência de garantia contratual dos bens fornecidos na presente contratação.

16 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



16.1 Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento.

16.3 O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

16.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

16.4.1 Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

16.5 Para a assinatura da Ata, no mesmo prazo do item 16.1, deverão ser comprovadas as condições de habilitação consignadas no edital, mediante a apresentação dos documentos originais ou cópias autenticadas.

16.6 As certidões, que tenham sido expedidas em meio eletrônico e os documentos que tenham autenticações digitais, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.

16.7 Na hipótese de o vencedor da licitação se recusar a assinar o Contrato, outro licitante será convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções.

16.8 A não apresentação dos originais ou cópias autenticadas dos documentos de habilitação, no prazo do item 16.1, será equiparada a recusa injustificada à contratação.

17 DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

17.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

17.2 O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO**



17.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso a sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico

17.2.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

17.3 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

17.3.1 A referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

17.3.2 A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

17.3.3 A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/22 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

17.4 O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

17.5 Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

15.6 No ato da assinatura da Ata/Contrato, o vencedor deverá apresentar também:

a) Relação do(s) veículo(s) que irá (ão) realizar o transporte, os quais não poderão exceder a 10 (dez) anos a contar de sua contratação, devendo os mesmos apresentarem bom estado de conservação, limpeza e funcionamento, assumindo o **FORNECEDOR** toda e qualquer eventual manutenção do mesmo, devendo apresentá-lo à vistoria do Município sempre que solicitado;

b) Cópia da Carteira de Habilitação do Motorista que irá conduzir o ônibus e comprovante de curso de formação de condutores compatíveis com a legislação vigente, bem como certidão negativa de registro de distribuição criminal, relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores;

b.1) Toda e qualquer alteração do quadro de colaboradores deve ser informada para a **ADMINISTRAÇÃO**, com indicação dos dados dos novos empregados;

c) Cópia da Apólice de Seguro do Veículo compatível com as exigências do Departamento Autônomo das Estradas de Rodagem (RC e APP);

d) Cópia reprográfica dos documentos do veículo, bem como comprovante de pagamento de IPVA, seguro obrigatório e licenciamento;

e) Laudo de inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios.

f) Prova de cadastro no RECEFITUR.

g) Documento que Garanta aos usuários contrato de seguro de acidentes pessoais (AP), responsabilidade civil (RC), Despesas médicas hospitalares (DMH), sem prejuízo da cobertura do



seguro obrigatório de danos pessoais (DPVAT), a que se refere à Lei Federal nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974.

17.7 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

18 DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

18.1 As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19 DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

19.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

20 DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRATIVAS E DO FORNECEDOR

20.1 As obrigações da Administração e do Fornecedor são as estabelecidas no Termo de Referência.

21 DO PAGAMENTO

21.1 As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

22 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

22.1.1 deixar de entregar documentação exigida no certame;

22.1.2 não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

22.1.3 não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

22.1.4 apresentar documentação falsa;

22.1.5 fraudar a licitação ou praticar ato ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

22.1.6 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013;

22.1.7 não manter a proposta;





22.1.8 comportar-se de modo inidôneo;

22.2 As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

22.3 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.4 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

22.4.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

22.4.2 Multa conforme previsto no § 3º, Art. 156 da Lei 14.133/2021;

22.4.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

22.4.4 Impedimento de licitar e de contratar com o município, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

22.4.4.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Edital.

22.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

22.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

22.7 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, O Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

22.8 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente na legislação municipal.

22.9 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22.10 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

23 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA

23.1 Após o encerramento da etapa competitiva, deverão ser observadas as seguintes condições:



I – será incluído na ata, na forma de anexo, o registro na forma de cadastro reserva:

- a) dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- b) dos licitantes ou dos fornecedores que mantiverem sua proposta original; e

II – será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

Parágrafo Primeiro: O registro a que se refere o inciso I do caput tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

Parágrafo Segundo: Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores de que trata a alínea “a” do inciso I do caput antecederão aqueles de que trata a alínea “b” do referido inciso.

Parágrafo Terceiro: A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se referem o inciso I do caput e o parágrafo primeiro somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

I – quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

II – quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos termos do Decreto Municipal 004/2024.

23.2 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

24 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

24.1 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio de e-mail, no seguinte endereço eletrônico: licitacao@novaesperancadosul.rs.gov.br, ou diretamente no sistema eletrônico através do endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br.

24.2 Não serão consideradas alegações de não entendimento ou de interpretação errônea das condições fixadas para esta Licitação, após o prazo definido no subitem 24.1.

24.3 Os dias úteis referidos nos prazos constantes do subitem 24.1 serão considerados até o horário de expediente do Centro Administrativo, ou seja, das 08h00min às 14h00min de segunda a sexta-feira. Os pedidos encaminhados após o referido horário serão consideradas como recebidas no dia útil seguinte.

24.4 Não serão conhecidas as impugnações apresentadas fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado adequadamente para responder pela proponente.

24.5 A petição de impugnação apresentada por empresa de ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de produção pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para





impugnar o Edital).

24.6 Caberá a Pregoeira, auxiliada pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

24.7 Acolhida à petição contra o Edital, será designada nova data e novo horário para a realização do certame.

24.8 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, nos endereços indicados no Edital.

24.9 O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

24.10 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

24.10.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

24.11 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio eletrônico do município www.novaesperancadosul.rs.gov.br e no site do Portal de Compras www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

25 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

25.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

25.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

25.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.5 Em qualquer fase deste procedimento licitatório, a pregoeira e a sua equipe de apoio poderão promover diligências e inclusive solicitar a apresentação de documentos às licitantes, com o intuito de melhor instruir o procedimento licitatório.

25.6 Não será concedido, em hipótese alguma, prazo para apresentação de documentação e proposta exigidas neste Edital e não apresentadas nos termos do item 6.





- 25.7** Não serão admitidas, em qualquer momento, substituições de propostas ou documentos anexados à habilitação.
- 25.8** Não serão aceitas propostas em desacordo com as normas, cláusulas e condições, pertinentes ao presente Procedimento Licitatório e ao objeto ora licitado.
- 25.9** Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela pregoeira.
- 25.10** Em qualquer fase deste procedimento licitatório, a pregoeira e a sua equipe de apoio poderão promover diligências e inclusive solicitar a apresentação de documentos às licitantes, com o intuito de melhor instruir o procedimento licitatório.
- 25.11** A participação no presente Procedimento Licitatório, implicará em plena aceitação aos termos, cláusulas e condições deste Edital, bem como das normas administrativas vigentes.
- 25.12** A licitante deverá manter durante o período de vigência do contrato, todas as condições exigidas na fase de habilitação.
- 25.13** A autoridade competente, após encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos administrativos, poderá determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades, revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade, proceder à anulação da licitação, ou adjudicar o objeto e homologar a licitação. (art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021).
- 25.14** A autoridade competente para homologar, revogar ou anular o presente Procedimento Licitatório é o Prefeito Municipal.
- 25.15** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 25.16** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 25.17** As decisões da pregoeira serão comunicadas diretamente aos interessados, durante a Sessão Virtual e lavradas em ata.
- 25.18** Não serão consideradas alegações de não-entendimento ou de interpretação errônea das condições da licitação fixadas neste Edital.
- 25.19** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 25.20** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 25.21** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 25.22** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 25.23** Quaisquer informações devem ser solicitadas diretamente ou por escrito, ao Município de Nova Esperança do Sul, Setor de Compras e Licitação, sito na Rua Marquês de Tamandaré, 1470, bairro



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO**



Centro, Nova Esperança do Sul, RS, pelo e-mail licitacao@novaesperancadosul.rs.gov.br, no horário compreendido das 08h00min às 14h00min de segunda a sexta-feira, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis da data marcada para a Sessão Virtual.

25.24 Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no seguinte endereço eletrônico: <https://novaesperancadosul.rs.gov.br/site>

25.25 Os documentos extraídos de sistemas informatizados (internet) ficarão sujeitos à verificação da autenticidade de seus dados pela Administração.

25.26 Fica eleito o foro da Comarca de Jaguari para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

25.27 Integram o presente Edital, na forma de anexo, os seguintes documentos:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Modelo de apresentação da Proposta Comercial;

Anexo III – Modelo Declaração Conjunta;

Anexo IV – Declaração de possuir condições para a execução do objeto licitado nas condições e prazos ofertados;

Anexo V – Minuta de Ata de Registro de Preços;

Anexo VI – Minuta do Contrato Administrativo.

Anexo VII – Planilhas de composição de custos

Nova Esperança do Sul, RS, 11 de março de 2024

IVORI ANTONIO GUASSO JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA





1 OBJETO

1.1 Registro de Preços visando a eventual e futura prestação de serviços de transporte intermunicipal de passageiros, por quilômetro efetivamente rodado, ao município de Nova Esperança do Sul, RS, conforme condições e especificações contidas neste Termo de Referência, durante o prazo de validade da ata de registro de preços.

1.2 ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:

ITEM	QUANT. MÍNIMA	QUANT. MÁXIMA	UN.	DESCRIÇÃO MÍNIMA	VALOR UNIT. MÁXIMO R\$	VALOR TOTAL MÁXIMO R\$
01	1	50.200	KM	TRANSPORTE INTERMUNICIPAL EM MICRO-ÔNIBUS E VAN. TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DO MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUL, EM VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 20 LUGARES, EM ITINERÁRIOS DENTRO DO TERRITÓRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	3,68	184.736,00
02	1	43.200	KM	TRANSPORTE INTERMUNICIPAL EM ÔNIBUS. TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DO MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUL, EM VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 42 LUGARES, EM ITINERÁRIOS DENTRO DO TERRITÓRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	5,54	239.328,00

1.3 Caso haja alguma divergência entre o item lançado no sistema eletrônico do Portal de Compras Públicas e o Termo de Referência, considerar as especificações contidas no Termo de Referência.

1.4 Não serão homologados os itens que estiverem com valores superiores ao máximo de referência.

1.5 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização específica para a execução pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.6 As quantidades expressas neste Termo de Referência, representam a previsão da Secretaria solicitante pelo prazo de doze (12) meses, na quantidade máxima, todavia o Sistema de Registro de Preço não obriga a execução total da quantidade registrada na Ata, as quais serão adquiridas de acordo com a necessidade e conveniência do Município, mediante a expedição de ordem de compra, nota de empenho ou contrato administrativo.

2 DA JUSTIFICATIVA



2.1 A contratação faz-se indispensável diante à necessidade do transporte de pacientes para outros municípios para tratamento de saúde, participação em campeonatos e para outros fins, uma vez que a Administração não dispõe de frota suficiente para atender a demanda do Município, conforme pormenorizado no Estudo Técnico Preliminar.

3 DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1.1 O fornecedor deverá cumprir o roteiro determinado pelo responsável indicado para ser o fiscal da prestação dos serviços, em cada Secretaria, devendo manter o veículo em boas condições de uso, e em caso de avaria que impeça o veículo de realizar o transporte, o mesmo deverá ser imediatamente substituído por outro veículo com capacidade igual ou superior imediatamente após o momento em que se ocorreu a avaria.

3.1.2 A empresa contratada receberá das Secretarias o itinerário a ser cumprido, sendo que as solicitações e envio de itinerários deverão ser realizados pelo responsável da Administração até 2 (dois) dias antes da execução do serviço, inclusive, se for necessário, aos finais de semana e feriados.

3.1.3 Dados a serem fornecidos pelas Secretarias:

- a) Local de saída e horário, bem como previsão estimada de retorno;
- b) Local de destino;
- c) Lista com nome dos passageiros e respectivo RG;
- d) Horário de retorno.

3.1.4 A expressão: “transporte intermunicipal eventual” contida no objeto engloba: o transporte de pacientes para a realização de consultas / retornos e tratamentos médicos; competidores e munícipes quando da realização e participação em eventos públicos, esportivos e / ou culturais, em outras localidades e que sejam do interesse coletivo da comunidade em geral; munícipes para a Secretaria de Assistência Social; alunos com o objetivo educativo e / ou cultural; funcionários desta Administração Municipal que necessitem do transporte a fim de satisfazer interesses deste município em outras localidades, além de outros mais que se façam necessários, sempre visando o atendimento do princípio do interesse público e da comunidade local em geral.

3.1.5 Sempre que houver substituição do veículo, poderão ser realizadas novas vistorias.

3.2 DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.2.1 A empresa contratada para exercer suas funções deverá atender às normas do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

3.2.1 Toda e qualquer despesa de viagem ficará a cargo da empresa contratada.

3.2.2 Em caso de problemas mecânicos, elétricos etc, no veículo, a empresa responsabilizar-se-á pela substituição do mesmo e continuidade do serviço, sem prejuízo da programação.



3.2.3 Após a entrega do itinerário, caso seja necessária a alteração do mesmo o responsável determinado como fiscal pelas Secretarias entrará em contato com o responsável nomeado pela contratada para realizar as alterações como: Alteração de horários, alteração de itinerários, visando atender as necessidades que faz uso do transporte;

3.2.4 A quilometragem devida por esta Administração ao fornecedor corresponderá à distância (quilometragem) efetivamente percorrida entre a origem e o destino, com passageiros, sendo que a mesma será atestada pelo responsável que solicitou / autorizou a execução da mesma. Não serão consideradas as quilometragens correspondentes à mobilização e desmobilização do veículo, ou seja, o deslocamento até o local determinado para o início do transporte e, o deslocamento até a garagem após o destino final, bem como, não será computado no total de quilômetros efetivamente rodados na execução deste serviço, aqueles que sejam oriundos de erro de percurso, visto que estes são de culpa exclusiva do fornecedor. Não serão consideradas também as quilometragens necessárias à manutenção do veículo (mecânica, elétrica, entre outras).

3.2.5. Para fins de comprovação da quilometragem percorrida deverá o fornecedor entregar uma foto do início do percurso do hodômetro do veículo e uma do final, as quais deverão ser anexadas à nota fiscal.

3.2.6 Os veículos da empresa contratada que forem prestar os serviços deverão contar com tecnologia embarcada para rastreamento veicular, sendo que quando necessário o Município poderá solicitar, a qualquer momento, a cópia do trajeto percorrido pelo veículo conforme constar no sistema de rastreamento.

3.2.7 O procedimento solicitado pelas Secretarias Municipais, que estiver constando nesse instrumento, não poderá ser rejeitado pelo fornecedor sem apresentar razões objetivas e concretas que justifiquem a conduta adotada.

3.2.8 O município não é obrigado a agendar uma quantidade mínima de procedimentos. O fornecedor deverá prestar seus serviços sempre que solicitado, ficando ao exclusivo critério das Secretarias solicitar a quantidade no momento do agendamento.

3.2.9 As secretarias poderão, a qualquer momento antes de iniciar um itinerário, realizar vistoria no veículo que prestará o serviço, com a finalidade de identificar se as condições do veículo condizem com as boas práticas para o conforto e segurança dos passageiros.

3.2.10 Ficarão autorizadas as Secretarias a realizar registro fotográfico caso identifique alguma condição julgada como irregular no veículo. Mesmo existindo essa possibilidade de verificação, recairá exclusivamente ao fornecedor a responsabilidade em manter em condições os automóveis.

3.2.11 A empresa deverá apresentar sempre o veículo em bom estado de conservação, limpo e higienizado, bem como adequados equipamentos de segurança (tacógrafo, cinto de segurança, sinalização e certificados de vistoria, etc), bem como estar devidamente licenciados para o fim a que se destinam.

3.2.12 A empresa deve se responsabilizar pelos protocolos sanitários de acordo com a legislação vigente.

3.2.13 Os veículos não poderão ter mais de 10 anos de fabricação.



3.2.14 Na realização dos serviços **DEVERÃO** ser utilizados van, ônibus e micro-ônibus (adequado de acordo com os itens vencidos pelo licitante adjudicatário em primeiro lugar), com capacidade mínima de lotação conforme disposto nos itens correspondentes, que atenda todas as exigências do Estudo Técnico Preliminar, do Código de Trânsito Brasileiro e demais normas pertinentes em vigor.

3.2.15 Os motoristas deverão ser legalmente habilitados para dirigirem os veículos necessários à execução do objeto, com carteira de habilitação dentro do prazo de validade e compatível com a categoria, bem como, deverão estar com os respectivos exames médicos em dia, devendo possuir também o certificado de conclusão do curso de capacitação de transporte coletivo de passageiros e o curso de direção defensiva tudo de acordo com as disposições do Código de Trânsito Brasileiro e demais normas em vigor, o que será verificado e fiscalizado pela Administração, através do Departamento competente.

3.2.16 O fornecedor, sob nenhum pretexto, poderá utilizar para o transporte de passageiros, veículo que deixe de oferecer condições de conforto e segurança aos usuários. Assim, fica exclusivamente a cargo da mesma a disponibilização integral de veículos perfeitamente adequados para a execução dos serviços de transporte ora licitados, bem como, é de responsabilidade exclusiva da mesma a sua manutenção em geral, os serviços de oficina, a reposição de peças, o abastecimento, os salários, os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários de seus empregados, e outros ônus que possam recair sobre a contratada que sejam decorrentes dos serviços de transporte de passageiros.

3.2.17 O fornecedor está obrigado a manter em favor dos passageiros e em referência a terceiros, o seguro de acidentes pertinente, não restando para a **ADMINISTRAÇÃO** qualquer responsabilidade por sinistros, acidentes ou danos pessoais, materiais e/ou morais ocasionados em decorrência direta ou indireta da execução dos serviços objeto, seja por culpa da contratada ou de terceiros.

3.2.18 O fornecedor será integral, único e plenamente responsável pelos passageiros, durante a execução do objeto contratado e também responsável por todos e quaisquer danos ocasionados a terceiros em decorrência da prestação dos serviços.

3.2.19 O fornecedor deverá cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços de transporte contratado, especialmente, o Código de Trânsito Brasileiro, as normas e resoluções em geral editadas pelos órgãos de trânsito, a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, de segurança e medicina do trabalho e outras pertinentes à matéria.

3.2.20 Quanto aos empregados do fornecedor:

a) Os serviços deverão ser executados por empregados do **fornecedor**, que garantirá a adequada e plena execução de todas as atividades de forma permanente, conforme as necessidades e as exigências da **ADMINISTRAÇÃO**;

b) O fornecedor deverá orientar os seus empregados para agirem sempre com respeito, urbanidade, responsabilidade, seriedade, dentre outras características que contribuam com a boa, eficaz, qualitativa e perfeita execução do objeto contratado, devendo, ainda, ser sempre observada, impreterivelmente, a pontualidade no cumprimento das obrigações assumidas, a fim a evitar-se a ocorrência de prejuízos em geral, sendo que o descumprimento de qualquer uma destas exigências acarretará na aplicação de sanções ao **fornecedor**;





- c) Os empregados do fornecedor devem ser educados, apresentar-se corretamente vestidos (uniformizados), ter iniciativa, atender com presteza as solicitações e serem responsáveis para com as atividades a serem executadas;
- d) A **ADMINISTRAÇÃO** poderá solicitar que seja afastado imediatamente do serviço o empregado que não se portar convenientemente ou que não atenda à execução dos serviços de forma adequada e correta;
- e) O fornecedor será responsabilizado por todo e qualquer dano que, por dolo ou culpa, os seus empregados causarem a esta Administração ou a terceiros, sendo descontado no primeiro pagamento subsequente à ocorrência do fato, o valor correspondente ao dano e / ou prejuízo causado.

4 DO PREÇO E DO REAJUSTE

4.1 O preço deverá ser expresso em reais.

4.2 Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 124, Inciso II, alínea “d” da Lei 14.133/21.

4.3 No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Nova Esperança do Sul, de acordo com a Instrução Normativa Municipal nº SCI-01/2022.

4.4 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

4.5 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá convocar o fornecedor, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado.

4.6 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

4.6.1 Na hipótese prevista acima, a Secretaria de Fazenda e Planejamento convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observada a ordem de classificação.

4.7 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no art. 14, do Decreto Municipal nº 004/2024 – Sistema de Registro de Preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa

4.8 Havendo alteração de preços dos produtos/itens tabelados por órgãos oficiais competentes ou nos casos de incidência de novos impostos ou taxas ou de alteração das alíquotas dos já existentes, os preços registrados poderão ser atualizados de conformidade com as modificações ocorridas, conforme dispõe o art. 124, II, “d”, da Lei 14.133/21.

4.8.1 Na hipótese prevista acima, deverá ser mantida a diferença apurada entre o preço originalmente constante na proposta original, o objeto do registro e o preço da tabela da época.



4.8.2 Em relação aos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro com fundamento conforme dispõe o art. 124, II, “d”, da Lei 14.133/21, e que eventualmente venham a ser formulados, salienta-se que a empresa vencedora não deverá majorar o lucro estabelecido em seu preço final na sessão de lances.

4.8.3 A mera variação do mercado ou impacto decorrente de fatores alheios não é suficiente para determinar a realização de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, sendo essencial a presença de uma das hipóteses previstas no art 124, Inciso II, alínea “d” da Lei 14.133/21.

5 DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

5.1 DO FORNECEDOR

5.1.1 Fornecer mão de obra, nos termos da legislação vigente;

5.1.2 Fornecer todos os equipamentos de segurança (EPIs) aos seus empregados e os veículos no mais perfeito estado de uso e conservação, especialmente no tocante à segurança;

5.1.3 Efetuar todos os exames de saúde pertinentes em seus empregados;

5.1.4 Responsabilizar-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outros, resultantes da execução do objeto conforme exigência legal;

5.1.5 Exigir que os seus empregados mantenham a disciplina nos locais de execução dos serviços, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente, sendo vedado o remanejamento do aludido empregado para execução de outro serviço contratado;

5.1.6 Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito;

5.1.7 Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito Federal, Estadual e Municipal e as Normas Internas de Segurança e Medicina do Trabalho;

5.1.8 Responder, de imediato, à **ADMINISTRAÇÃO** com reposição e / ou ressarcimento do prejuízo constatado, pelos danos e avarias causados por seus empregados e preposto ao Patrimônio Público, decorrentes de sua culpa ou dolo no exercício de suas atividades;

5.1.9 Prestar os serviços com técnica dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas pela **ADMINISTRAÇÃO**, bem como pelas normas legais em vigor;

5.1.10 Prestar esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações e orientações sobre seus serviços;

5.1.11 Responsabilizar-se, por eventuais paralisações, por parte e iniciativa dos seus empregados, sem repasse de qualquer ônus à **ADMINISTRAÇÃO** e sem deixar de atender a execução dos serviços nos moldes contratados;

5.1.12 Manter em local visível e adequado dos veículos utilizados na prestação dos serviços objeto deste o “Aviso”- Seguro Obrigatório, atendendo a Portaria SUP/DER – 117 – 06/12/2007.

5.1.13 Manter em local visível e adequado dos veículos utilizados na prestação dos serviços objeto deste o Aviso de “Não fume”;



5.1.14 Os veículos deverão possuir bancos com encosto regulável, assentos revestidos com tecido, confortáveis, limpos e devidamente higienizados e com cintos de segurança, tudo em conforme as disposições das normas pertinentes e vigentes;

5.1.15 As saídas de emergência dos veículos deverão estar devidamente sinalizadas, inclusive com orientação da forma correta de seu acionamento;

5.1.16 A contratada deverá utilizar somente os veículos que foram vistoriados e aprovados pela **ADMINISTRAÇÃO** através de funcionário designado, sendo que nos casos de ser necessária a substituição de um veículo, mesmo que para uma única viagem, este fato deverá ser prévia e expressamente comunicado à **ADMINISTRAÇÃO**, e o veículo que for realizar o transporte deverá ser previamente submetido à vistoria e aprovação.

5.1.17 São obrigações dos MOTORISTAS do **fornecedor**:

- a) Respeitar a sinalização de trânsito e os limites de velocidade respectivos;
- b) Tomar conhecimento, antecipadamente, do itinerário a ser percorrido;
- c) Realizar o controle de Embarque de passageiros, conforme as normas expedidas pela **ADMINISTRAÇÃO**;
- d) Nunca ler, ou pegar o telefone celular, enquanto estiver dirigindo;
- e) Nunca dirigir de chinelo ou similar, ou seja, usar sempre o calçado adequado;
- f) Nunca dirigir sob efeito de álcool ou drogas;
- g) Transitar sempre com faróis baixo acesos;
- h) Adotar sempre boas práticas de direção defensiva;
- i) Dar preferência à passagem de pedestres que estiverem na via;
- j) Guardar ferramentas e carga em local apropriado, nunca em corredores ou junto aos passageiros;
- k) Nunca transportar passageiros em pé ou sentados nos corredores;
- l) Estacionar sempre em local permitido e nunca interromper vias ou passagens em geral;
- m) Não transportar nenhum tipo de produto químico dentro do veículo e nem no bagageiro;
- n) Não transportar animais.
- o) Tirar foto no início do percurso do hodômetro do veículo e uma no final, para fins de comprovação da quilometragem percorrida

5.2 DA ADMINISTRAÇÃO

5.2.1 Reservar, à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no Edital e tudo o mais que se relacione com a execução do objeto, desde que não acarrete ônus para a Administração, ou modificação das obrigações.

5.2.2 Efetuar o pagamento à licitante vencedora, de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos no Edital.

5.2.3 Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto contratado, de forma que sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.2.4 Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no Edital.

6 DO PAGAMENTO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO



6.1 O FORNECEDOR deverá enviar, Nota Fiscal Eletrônica, pelo e-mail nfe@novaesperancadosul.rs.gov.br, que após atestada pelo fiscal do Contrato, será encaminhada para liquidação e pagamento das despesas, sendo formalizado através de ordem bancária creditada em conta-corrente, em nome do **FORNECEDOR**.

6.1.1 A fim de se acelerar o trâmite da liberação do documento fiscal para pagamento, as notas fiscais emitidas pela **FORNECEDOR** deverão conter, em local de fácil visualização, o número da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° /2024, PREGÃO ELETRÔNICO N° 006/2024, ORDEM DE COMPRAS/EMPENHO N°**

6.2 Os pagamentos para as Atas/Contratos cujo valor total não ultrapasse o limite do art. 75, inciso II da Lei Federal 14.133/2021, serão efetuados em até 10 (dez) dias consecutivos, contados da liquidação, conforme prevê o art. 141, da Lei Federal n.º 14.133/2021 e o art. 7º, inciso II, do Decreto Municipal nº 029/2023 – Ordem Cronológica de Pagamentos.

6.3 Os pagamentos para as Atas/Contratos em geral, cujo valor total ultrapasse o limite do art. 75, inciso II, da Lei Federal 14.133/2021, serão efetuados em até 30 (trinta) dias consecutivos, contados do atestado de liquidação pelo servidor responsável, em conformidade com o que dispõe o art. 141, da Lei Federal n.º 14.133/2021 e o art. 7º, Inciso I, do Decreto Municipal nº 029/2023 – Ordem Cronológica de Pagamentos.

6.4 A administração terá o prazo de até 10 (dez) dias consecutivos, a contar da apresentação na nota fiscal, para a liquidação, conforme dispõe o art. 6º do Decreto Municipal nº 029/2023 – Ordem Cronológica de Pagamentos.

6.5 A ADMINISTRAÇÃO reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da fiscalização, o objeto do presente contrato não estiver de acordo com as especificações apresentadas neste instrumento e, ainda, se forem fornecidos sem a prévia autorização e fiscalização do servidor nomeado para esta finalidade.

6.6 A ADMINISTRAÇÃO poderá reduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo **FORNECEDOR**.

6.7 Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pro rata.

6.8 No ato do pagamento poderão ser retidos:

6.8.1 O valor correspondente a 3% (três por cento) a título de ISSQN.

6.8.2 O valor correspondente a 11% (onze por cento) a título de INSS.

6.8.3 O valor corresponde ao Imposto de Renda, de acordo com a IN RFB nº 1.234/2012 e Decreto Municipal 110/2021.

6.9 Durante o período contratual os preços serão praticados, na forma e valores descritos na proposta do **FORNECEDOR**.

7 DA FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA CONTRATAÇÃO



7.1 O gerenciamento e a fiscalização da contratação, decorrentes do objeto do Edital, caberá ao servidor designado formalmente no contrato a ser celebrado, que determinará o que for necessário para regularizar faltas e/ou omissões, nos termos do art. 117 da Lei federal nº 14.133/2021.

7.2 Ficarão reservados, à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no edital e tudo o mais que se relacione com o objeto licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

7.3 As decisões, que ultrapassarem a competência do fiscal do Município, deverão ser solicitadas, formalmente, pelo **FORNECEDOR** à Autoridade Máxima, em tempo hábil para adoção de medidas convenientes.

7.4 A existência da fiscalização em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva do **FORNECEDOR**, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante a **ADMINISTRAÇÃO** ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual não implicará corresponsabilidade da **ADMINISTRAÇÃO** ou de seus prepostos.

8 DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

8.1 As despesas decorrentes da execução do objeto contratado correrão a expensas do Gabinete do Prefeito e Secretarias Municipais abaixo relacionadas, nas atividades funcionais programáticas vigentes 2024.

GABINETE DO PREFEITO

Proj. Ativ. 2.004 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOMUNICIPAL

GABINETE DO PREFEITO

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0500 – Outros Serviços de Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Terceiros – Pessoa Jurídica

Cód Orc Red – 33

Proj. Ativ. 2015 – GESTÃO E MANUTENÇÃO FAZENDÁRIA

Elemento de Despesa 3.3.90.39.00.00.00.0500 – Outros

Cód. Red. 123

Proj. Ativ. 2.010 FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FMDCA

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0759 – Outros Serviços de

Terceiros – Pessoa Jurídica

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0759 – Outros Serviços de

Terceiros – Pessoa Jurídica

Cód Orc Red – 1210, 1128

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, HABILITAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS

Proj. Ativ. 2018 – GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E DE ENGENHARIA

Elemento de Despesa 3.3.90.39.00.00.00.0500 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Cód. Red. 180

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

Proj. Ativ. 2.011 – GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

Elemento de Despesa 3.3.90.39.00.00.00.0500 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Cód. Red. 93

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Proj. Ativ. 2.029 – GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0500 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Cód Orc Red – 255

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

Proj. Ativ. 2.030 – ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0500 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO**



Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0540 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Cód Orc Red – 282, 283	Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0500 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0540 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Cód Orc Red – 1158, 466, 467
Proj. Atv. 2.039 – ATIVIDADES DA PRÉ-ESCOLA Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0500 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0540 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Cód Orc Red – 306, 307	Proj. Atv. 2.049 – PROGRAMA UNIÃO FAZ A VIDA Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0759 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Cód Orc Red – 482
Proj. Atv. 2.033 – ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0500 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0540 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Cód Orc Red – 355, 356	Proj. Atv. 2.053 – MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA CULTURA Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0500 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0715 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Cód Orc Red – 508, 1212
Proj. Atv. 2.034 – ATIVIDADES DA PRÉ-ESCOLA Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0500 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0540 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Cód Orc Red – 368, 369	SECRETARIA DE SAÚDE Proj. Atv. 2.057 GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0500 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Cód Orc Red – 551
Proj. Atv. 2.040 – ATIVIDADES DA CRECHE Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0500 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0540 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Cód Orc Red – 413, 414	Proj. Atv. 2.122 – CALENDÁRIO DE EVENTOS ATENÇÃO BÁSICA Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0500 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Cód Orc Red – 673
Proj. Atv. 2.128 – ATIVIDADES DA PRÉ-ESCOLA Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0500 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0540 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Cód Orc Red – 1141, 1142	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PRODUÇÃO ANIMAL, MEIO AMBIENTE E OBRAS DO INTERIOR Proj. Atv. 2069 – GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA Elemento de Despesa 3.3.90.39.00.00.00.0500 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Cód. Red. 707
Proj. Atv. 2.044 – ATIVIDADES DA CRECHE Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0500 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0540 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Cód Orc Red – 442, 443	Proj. Atv. 2070 – MANUTENÇÃO DOS EVENTOS DA SECRETARIA Elemento de Despesa 3.3.90.39.00.00.00.0500 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Cód. Red. 715
Proj. Atv. 2.046 – ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0550 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	SECRETARIA DE TURISMO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E ESPORTES Proj. Atv. 2.083 – GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO**



Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0500 – Outros Serviços deTerceiros – Pessoa Jurídica
Cód Orc Red – 799

Elemento de Despesa 3.3.90.39.00.00.00.0669 – Outros

Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Elemento de Despesa 3.3.90.39.00.00.00.0660 – Outros

Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Proj. Atv. 2.093 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DECód. Red. 891, 890

APOIO AOS SETORES ECONÔMICOS

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0500 – Outros Serviços deProj. Ativ. 2100 – MANUTENÇÃO DO CENTRO DE
Terceiros – Pessoa Jurídica

REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS

Cód Orc Red – 815

Elemento de Despesa 3.3.90.39.00.00.00.0669 – Outros

Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Proj. Atv. 2.086 – CALENDÁRIO DE EVENTOS

Elemento de Despesa 3.3.90.39.00.00.00.0660 – Outros

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0500 – Outros Serviços deServiços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Terceiros – Pessoa Jurídica

Cód. Red. 909, 908

Cód Orc Red – 842

Proj. Ativ. 2101 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES

Atv. 2.089 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DESOCIOASSISTENCIAIS BÁSICAS DAS FAMÍLIAS E
ESPORTES

GRUPOS

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0500 – Outros Serviços deElemento de Despesa 3.3.90.39.00.00.00.0669 – Outros
Terceiros – Pessoa Jurídica

Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Cód Orc Red – 852

Cód. Red. 916

Atv. 2.092 – FUNDO MUNICIPAL DESENVOLVIMENTOProj. Ativ. 2102 – EVENTOS

DESPORTIVO E LAZER

Elemento de Despesa 3.3.90.39.00.00.00.0669 – Outros

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0759 – Outros Serviços deServiços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Terceiros – Pessoa Jurídica

Cód. Red. 922

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0759 –

Cód Orc Red – 1185, 871

Proj. Ativ. 2103 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES
SOCIOASSISTENCIAIS BÁSICAS AO IDOSO

**SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO
DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

EElemento de Despesa 3.3.90.39.00.00.00.0669 – Outros
Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Proj. Ativ. 2099 – GESTÃO E MANUTENÇÃO DASCód. Red. 929

ATIVIDADES DA SECRETARIA

Nova Esperança do Sul, RS, 11 de março de 2024

**IVORI ANTONIO GUASSO JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL**



ANEXO II
MODELO PROPOSTA FINANCEIRA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 022/2024

Apresentamos nossa proposta para executado dos itens abaixo discriminados, conforme Tabela do ANEXO I, TERMO DE REFERÊNCIA, dos itens relacionados no Edital, que integram o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

ESPECIFICAR O ITEM CONSTANTE NA TABELA - ANEXO I, COM A DESCRIÇÃO COMPLETA E APRESENTAÇÃO DOS RESPECTIVOS VALORES UNITÁRIO E TOTAL.

.....

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ (Por Extenso)

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação

A proposta terá validade de ____ (____) dias (prazo definido no Edital), a partir da data de abertura do Pregão.

O preço proposto acima contempla todas as despesas necessárias à plena execução do serviço, incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta da contratada, incidentes sobre a execução, para a perfeita realização do objeto ora licitado no município de Nova Esperança do Sul.

A proponente declara que possui todas as condições para a execução do objeto ofertado no presente Procedimento Licitatório, tão logo seja homologado o presente processo licitatório.

_____, ____ de _____ de 2024





ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 022/2024

DECLARAÇÃO CONJUNTA

A empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado, **DECLARA**, sob as penas da Lei, e para fins de contratação com o município de Nova Esperança do Sul, que:

- 1) não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menores de 16 (dezesesseis) anos. **Ressalva ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).**
- 2) que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- 3) que conhecemos as especificações do objeto, e que, concordamos com todos os termos constantes no mesmo e ainda, que possuímos todas as condições para atender e cumprir todas as exigências de fornecimento, inclusive com relação a documentação, que está sendo apresentada para fins de habilitação.
- 4) que cumprimos com as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 5) para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr. (a)....., Portador(a) do RG sob nº e CPF nº, cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura do contrato.
- 6) que não possuímos nenhum sócio, ligado ao Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Secretários Municipais, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o terceiro grau, ou por adoção, bem como também não possuímos em nosso quadro social, nenhum Servidor do Município.
- 7) que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).

_____, ____ de _____ de 2024

Assinatura do Responsável pela Empresa (Nome Legível/Cargo)





ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 022/2024

DECLARAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e inscrito(a) no CPF sob o nº _____ **DECLARA**, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº 006/2024, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que possui condições para a execução do objeto do presente procedimento licitatório nas condições e nos prazos ofertados.

Nova Esperança do Sul, RS, ____ de _____ de 2024

(representante legal/CPF)





ANEXO V – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº /2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 022/2024

“REGISTRO DE PREÇOS, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO A FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS, AO MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUL, RS.”

Aos (...) dias do mês de (...) do ano de dois mil e vinte e (...), o **MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 92.455.393/0001-46, com sede administrativa à Rua Marquês de Tamandaré, 1470, Centro, Nova Esperança do Sul, RS, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Senhor **IVORI ANTONIO GUASSO JUNIOR**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1081718957, inscrito no CPF sob o nº 004.651.690-58, residente e domiciliado na Rua Marques de Tamandaré, 1382, Centro, Nova Esperança do Sul, RS e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, localizada à Rua _____, _____, bairro _____, na cidade de _____, estado do _____, representada neste ato pelo seu proprietário, Senhor _____, nacionalidade, profissão, estado civil, portador da Cédula de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado à Rua _____, _____, na cidade de _____, estado do _____, a seguir denominada simplesmente **FORNECEDOR**, nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 006/2024, Processo Administrativo nº 022/2024, para Registro de Preços, que julgou proposta deste como mais vantajosa e na qual as partes encontram-se vinculadas, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com as cláusulas que seguem:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – Constitui objeto da presente Ata, o Registro de Preços para eventual e futura prestação de serviços de transporte intermunicipal de passageiros, por quilômetro efetivamente rodado, ao município de Nova Esperança do Sul, RS, nas especificações e quantitativos a seguir:

ITEM	QUANT. MÍNIMA	QUANT. MÁXIMA	UN.	DESCRIÇÃO MÍNIMA	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$

DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS





CLÁUSULA SEGUNDA– Os serviços deverão ser executados obedecendo ao seguinte:

I – Da descrição dos serviços:

- a) O fornecedor deverá cumprir o roteiro determinado pelo responsável indicado para ser o fiscal da prestação dos serviços, em cada Secretaria, devendo manter o veículo em boas condições de uso, e em caso de avaria que impeça o veículo de realizar o transporte, o mesmo deverá ser imediatamente substituído por outro veículo com capacidade igual ou superior imediatamente após o momento em que se ocorreu a avaria.
- b) A empresa contratada receberá das Secretarias o itinerário a ser cumprido, sendo que as solicitações e envio de itinerários deverão ser realizados pelo responsável da Administração até 2 (dois) dias antes da execução do serviço, inclusive, se for necessário, aos finais de semana e feriados.
- c) Dados a serem fornecidos pelas Secretarias:
 - c.1) local de saída e horário, bem como previsão estimada de retorno;
 - c.2) local de destino;
 - c.3) lista com nome dos passageiros e respectivo RG;
 - c.4) horário de retorno.
- d) A expressão: “transporte intermunicipal eventual” contida no objeto engloba: o transporte de pacientes para a realização de consultas / retornos e tratamentos médicos; competidores e munícipes quando da realização e participação em eventos públicos, esportivos e / ou culturais, em outras localidades e que sejam do interesse coletivo da comunidade em geral; munícipes para a Secretaria de Assistência Social; alunos com o objetivo educativo e / ou cultural; funcionários desta Administração Municipal que necessitem do transporte a fim de satisfazer interesses deste município em outras localidades, além de outros mais que se façam necessários, sempre visando o atendimento do princípio do interesse público e da comunidade local em geral.
- e) Sempre que houver substituição do veículo, poderão ser realizadas novas vistorias.

II – Da execução dos serviços:

- a) A empresa contratada para exercer suas funções deverá atender às normas do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).
- b) Toda e qualquer despesa de viagem ficará a cargo da empresa contratada.
- c) Em caso de problemas mecânicos, elétricos etc, no veículo, a empresa responsabilizar-se-á pela substituição do mesmo e continuidade do serviço, sem prejuízo da programação.
- d) Após a entrega do itinerário, caso seja necessária a alteração do mesmo o responsável determinado como fiscal pelas Secretarias entrará em contato com o responsável nomeado pela contratada para realizar as alterações como: Alteração de horários, alteração de itinerários, visando atender as necessidades que faz uso do transporte;
- e) A quilometragem devida por esta Administração ao fornecedor corresponderá à distância (quilometragem) efetivamente percorrida entre a origem e o destino, com passageiros, sendo que a mesma será atestada pelo responsável que solicitou / autorizou a execução da mesma. Não serão consideradas as quilometragens correspondentes à mobilização e desmobilização do veículo, ou



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO



seja, o deslocamento até o local determinado para o início do transporte e, o deslocamento até a garagem após o destino final, bem como, não será computado no total de quilômetros efetivamente rodados na execução deste serviço, aqueles que sejam oriundos de erro de percurso, visto que estes são de culpa exclusiva do fornecedor. Não serão consideradas também as quilometragens necessárias à manutenção do veículo (mecânica, elétrica, entre outras).

f) Para fins de comprovação da quilometragem percorrida deverá o fornecedor entregar uma foto do início do percurso do hodômetro do veículo e uma do final, as quais deverão ser anexadas à nota fiscal.

g) Os veículos da empresa contratada que forem prestar os serviços deverão contar com tecnologia embarcada para rastreamento veicular, sendo que quando necessário o Município poderá solicitar, a qualquer momento, a cópia do trajeto percorrido pelo veículo conforme constar no sistema de rastreamento.

h) O procedimento solicitado pelas Secretarias Municipais, que estiver constando nesse instrumento, não poderá ser rejeitado pelo fornecedor sem apresentar razões objetivas e concretas que justifiquem a conduta adotada.

i) O município não é obrigado a agendar uma quantidade mínima de procedimentos. O fornecedor deverá prestar seus serviços sempre que solicitado, ficando ao exclusivo critério das Secretarias solicitar a quantidade no momento do agendamento.

j) As secretarias poderão, a qualquer momento antes de iniciar um itinerário, realizar vistoria no veículo que prestará o serviço, com a finalidade de identificar se as condições do veículo condizem com as boas práticas para o conforto e segurança dos passageiros.

k) Ficarão autorizadas as Secretarias a realizar registro fotográfico caso identifique alguma condição julgada como irregular no veículo. Mesmo existindo essa possibilidade de verificação, recairá exclusivamente ao fornecedor a responsabilidade em manter em condições os automóveis.

l) A empresa deverá apresentar sempre o veículo em bom estado de conservação, limpo e higienizado, bem como adequados equipamentos de segurança (tacógrafo, cinto de segurança, sinalização e certificados de vistoria, etc), bem como estar devidamente licenciados para o fim a que se destinam.

m) A empresa deve se responsabilizar pelos protocolos sanitários de acordo com a legislação vigente.

n) Os veículos não poderão ter mais de 10 anos de fabricação.

o) Na realização dos serviços **DEVERÃO** ser utilizados van, ônibus e micro-ônibus (adequado de acordo com os itens vencidos pelo licitante adjudicatário em primeiro lugar), com capacidade mínima de lotação conforme disposto nos itens correspondentes, que atenda todas as exigências do Estudo Técnico Preliminar, do Código de Trânsito Brasileiro e demais normas pertinentes em vigor.

p) Os motoristas deverão ser legalmente habilitados para dirigirem os veículos necessários à execução do objeto, com carteira de habilitação dentro do prazo de validade e compatível com a categoria, bem como, deverão estar com os respectivos exames médicos em dia, devendo possuir também o certificado de conclusão do curso de capacitação de transporte coletivo de passageiros e o curso de direção defensiva tudo de acordo com as disposições do Código de Trânsito Brasileiro e



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO



demais normas em vigor, o que será verificado e fiscalizado pela Administração, através do Departamento competente.

q) O fornecedor, sob nenhum pretexto, poderá utilizar para o transporte de passageiros, veículo que deixe de oferecer condições de conforto e segurança aos usuários. Assim, fica exclusivamente a cargo da mesma a disponibilização integral de veículos perfeitamente adequados para a execução dos serviços de transporte ora licitados, bem como, é de responsabilidade exclusiva da mesma a sua manutenção em geral, os serviços de oficina, a reposição de peças, o abastecimento, os salários, os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários de seus empregados, e outros ônus que possam recair sobre a contratada que sejam decorrentes dos serviços de transporte de passageiros.

r) O fornecedor está obrigado a manter em favor dos passageiros e em referência a terceiros, o seguro de acidentes pertinente, não restando para a **ADMINISTRAÇÃO** qualquer responsabilidade por sinistros, acidentes ou danos pessoais, materiais e/ou morais ocasionados em decorrência direta ou indireta da execução dos serviços objeto, seja por culpa da contratada ou de terceiros.

s) O fornecedor será integral, único e plenamente responsável pelos passageiros, durante a execução do objeto contratado e também responsável por todos e quaisquer danos ocasionados a terceiros em decorrência da prestação dos serviços.

t) O fornecedor deverá cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços de transporte contratado, especialmente, o Código de Trânsito Brasileiro, as normas e resoluções em geral editadas pelos órgãos de trânsito, a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, de segurança e medicina do trabalho e outras pertinentes à matéria.

u) Quanto aos empregados do fornecedor:

u.1) os serviços deverão ser executados por empregados do **fornecedor**, que garantirá a adequada e plena execução de todas as atividades de forma permanente, conforme as necessidades e as exigências da **ADMINISTRAÇÃO**;

u.2) o fornecedor deverá orientar os seus empregados para agirem sempre com respeito, urbanidade, responsabilidade, seriedade, dentre outras características que contribuam com a boa, eficaz, qualitativa e perfeita execução do objeto contratado, devendo, ainda, ser sempre observada, impreterivelmente, a pontualidade no cumprimento das obrigações assumidas, a fim a evitar-se a ocorrência de prejuízos em geral, sendo que o descumprimento de qualquer uma destas exigências acarretará na aplicação de sanções ao **fornecedor**;

u.3) os empregados do fornecedor devem ser educados, apresentar-se corretamente vestidos (uniformizados), ter iniciativa, atender com presteza as solicitações e serem responsáveis para com as atividades a serem executadas;

u.4) a **ADMINISTRAÇÃO** poderá solicitar que seja afastado imediatamente do serviço o empregado que não se portar convenientemente ou que não atenda à execução dos serviços de forma adequada e correta;

u.5) o fornecedor será responsabilizado por todo e qualquer dano que, por dolo ou culpa, os seus empregados causarem a esta Administração ou a terceiros, sendo descontado no primeiro pagamento subsequente à ocorrência do fato, o valor correspondente ao dano e / ou prejuízo causado.





DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA TERCEIRA – O **FORNECEDOR** garante que o objeto será executado no prazo e qualidade contidos no processo licitatório, nas quantidades solicitadas, na respectiva nota de empenho e no presente instrumento.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA QUARTA – Os pagamentos processar-se-ão obedecendo o seguinte:

- a) O **FORNECEDOR** deverá enviar, Nota Fiscal Eletrônica, pelo e-mail nfe@novaesperancadosul.rs.gov.br, que após atestada pelo fiscal do Contrato, será encaminhada para liquidação e pagamento das despesas, sendo formalizado através de ordem bancária creditada em conta-corrente, em nome do **FORNECEDOR**.
- b) A fim de se acelerar o trâmite da liberação do documento fiscal para pagamento, as notas fiscais emitidas pelo **FORNECEDOR** deverão conter, em local de fácil visualização, o número da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° /2024, PREGÃO ELETRÔNICO N° 006/2024, ORDEM DE COMPRAS/EMPENHO N°**
- c) Os pagamentos para as Atas/Contratos cujo valor total não ultrapasse o limite do art. 75, inciso II da Lei Federal 14.133/2021, serão efetuados em até 10 (dez) dias consecutivos, contados da liquidação, conforme prevê o art. 141, da Lei Federal n.º 14.133/2021 e o art. 7º, inciso II, do Decreto Municipal nº 029/2023 – Ordem Cronológica de Pagamentos.
- d) Os pagamentos para as Atas/Contratos em geral, cujo valor total ultrapasse o limite do art. 75, inciso II, da Lei Federal 14.133/2021, serão efetuados em até 30 (trinta) dias consecutivos, contados do atestado de liquidação pelo servidor responsável, em conformidade com o que dispõe o art. 141, da Lei Federal n.º 14.133/2021 e o art. 7º, Inciso I, do Decreto Municipal nº 029/2023 – Ordem Cronológica de Pagamentos.
- e) A administração terá o prazo de até 10 (dez) dias consecutivos, a contar da apresentação na nota fiscal, para a liquidação, conforme dispõe o art. 6º do Decreto Municipal nº 029/2023 – Ordem Cronológica de Pagamentos.
- f) A **ADMINISTRAÇÃO** reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da fiscalização, o objeto do presente contrato não estiver de acordo com as especificações apresentadas neste instrumento e, ainda, se forem fornecidos sem a prévia autorização e fiscalização do servidor nomeado para esta finalidade.
- g) A **ADMINISTRAÇÃO** poderá reduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo **FORNECEDOR**.
- h) Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pro rata.
- i) No ato do pagamento poderão ser retidos:





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO



- I – O valor correspondente a 3% (três por cento) a título de ISSQN.
II – O valor correspondente a 11% (onze por cento) a título de INSS.
III – O valor corresponde ao Imposto de Renda, de acordo com a IN RFB nº1.234/2012 e Decreto Municipal 110/2021.
j) Durante o período contratual os preços serão praticados, na forma e valores descritos na proposta do **FORNECEDOR**.

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA QUINTA – A vigência desta Ata será de 1 (um) ano, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA SEXTA – A partir da assinatura desta ata de registro de preços, o licitante se obriga a cumprir, na sua íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

Parágrafo Primeiro: A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

Parágrafo Segundo: A contratação com os fornecedores será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho, ordem de compra ou outro instrumento hábil, conforme o Art. 95 da Lei 14.133/21.

Parágrafo Terceiro: O compromisso de execução só estará caracterizado mediante a emissão da ordem de compra/empenho ou instrumento equivalente decorrente da ata de registro de preços.

Parágrafo Quarto: O fornecedor fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da ata de registro de preços, desde que não ultrapassem a estimativa de consumo anual estabelecida na proposta.

DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

CLÁUSULA SÉTIMA – As despesas decorrentes da execução do objeto contratado correrão a expensas do Gabinete do Prefeito e Secretarias Municipais abaixo relacionadas, nas atividades funcionais programáticas vigentes 2024.

GABINETE DO PREFEITO

Proj. Atv. 2.004 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES

GABINETE DO PREFEITO

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0500 – Outros Serviços de

Terceiros – Pessoa Jurídica

Cód Orc Red – 33

Proj. Atv. 2.010 FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA

DOCRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FMDCA

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0759 – Outros Serviços de

Terceiros – Pessoa Jurídica

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0759 – Outros Serviços de

Terceiros – Pessoa Jurídica

Cód Orc Red – 1210, 1128





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO**



Cód Orc Red – 355, 356

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

Proj. Ativ. 2.011 – GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS PROJ. Ativ. 2.034 – ATIVIDADES DA PRÉ-ESCOLA

ATIVIDADES DA SECRETARIA

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0500 – Outros Serviços de

Elemento de Despesa 3.3.90.39.00.00.00.00.0500 – Outros Terceiros – Pessoa Jurídica

Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0540 – Outros Serviços de

Cód. Red. 93

Terceiros – Pessoa Jurídica

Cód Orc Red – 368, 369

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E

PLANEJAMENTO

Proj. Ativ. 2.040 – ATIVIDADES DA CRECHE

Proj. Ativ. 2015 – GESTÃO E MANUTENÇÃO FAZENDÁRIA

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0500 – Outros Serviços de

MUNICIPAL

Terceiros – Pessoa Jurídica

Elemento de Despesa 3.3.90.39.00.00.00.00.0500 – Outros

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0540 – Outros Serviços de

Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Terceiros – Pessoa Jurídica

Cód. Red. 123

Cód Orc Red – 413, 414

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, HABILITAÇÃO E PROJ. Ativ. 2.128 – ATIVIDADES DA PRÉ-ESCOLA

SERVIÇOS URBANOS

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0500 – Outros Serviços de

Proj. Ativ. 2018 – GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS Terceiros – Pessoa Jurídica

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E DE ENGENHARIA

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0540 – Outros Serviços de

Elemento de Despesa 3.3.90.39.00.00.00.00.0500 – Outros Terceiros – Pessoa Jurídica

Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Cód Orc Red – 1141, 1142

Cód. Red. 180

Proj. Ativ. 2.044 – ATIVIDADES DA CRECHE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0500 – Outros Serviços de

Proj. Ativ. 2.029 – GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS Terceiros – Pessoa Jurídica

ATIVIDADES DA SECRETARIA

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0540 – Outros Serviços de

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0500 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Terceiros – Pessoa Jurídica

Cód Orc Red – 442, 443

Cód Orc Red – 255

Proj. Ativ. 2.046 – ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Proj. Ativ. 2.030 – ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0550 – Outros Serviços de

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0500 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Terceiros – Pessoa Jurídica

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0500 – Outros Serviços de

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0540 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Terceiros – Pessoa Jurídica

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0540 – Outros Serviços de

Cód Orc Red – 282, 283

Terceiros – Pessoa Jurídica

Cód Orc Red – 1158, 466, 467

Proj. Ativ. 2.039 – ATIVIDADES DA PRÉ-ESCOLA

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0500 – Outros Serviços de Proj. Ativ. 2.049 – PROGRAMA UNIÃO FAZ A VIDA

Terceiros – Pessoa Jurídica

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0759 – Outros Serviços de

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0540 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Terceiros – Pessoa Jurídica

Cód Orc Red – 482

Cód Orc Red – 306, 307

Proj. Ativ. 2.053 – MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA

Proj. Ativ. 2.033 – ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL CULTURA

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0500 – Outros Serviços de Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0500 – Outros Serviços de

Terceiros – Pessoa Jurídica

Terceiros – Pessoa Jurídica

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0540 – Outros Serviços de Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0715 – Outros Serviços de

Terceiros – Pessoa Jurídica

Terceiros – Pessoa Jurídica





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO**



Cód Orc Red – 508, 1212

Atv. 2.089 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES

SECRETARIA DE SAÚDE

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0500 – Outros Serviços de

Proj. Atv. 2.057 GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES Terceiros – Pessoa Jurídica
DA SECRETARIA

Cód Orc Red – 852

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0500 – Outros Serviços de

Terceiros – Pessoa Jurídica

Atv. 2.092 – FUNDO MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO E LAZER

Cód Orc Red – 551

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0759 – Outros Serviços de

Proj. Atv. 2.122 – CALENDÁRIO DE EVENTOS ATENÇÃO Terceiros – Pessoa Jurídica
BÁSICA

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0759 –

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0500 – Outros Serviços de

Cód Orc Red – 1185, 871

Terceiros – Pessoa Jurídica

Cód Orc Red – 673

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PRODUÇÃO Proj. Ativ. 2099 – GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS
ANIMAL, MEIO AMBIENTE E OBRAS DO INTERIOR ATIVIDADES DA SECRETARIA

Proj. Ativ. 2069 – GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SE Elemento de Despesa 3.3.90.39.00.00.00.0669 – Outros
ATIVIDADES DA SECRETARIA Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Elemento de Despesa 3.3.90.39.00.00.00.0500 – Outros Elemento de Despesa 3.3.90.39.00.00.00.0660 – Outros
Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Cód. Red. 707

Cód. Red. 891, 890

Proj. Ativ. 2070 – MANUTENÇÃO DOS EVENTOS DA Proj. Ativ. 2100 – MANUTENÇÃO DO CENTRO DE
SECRETARIA REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS

Elemento de Despesa 3.3.90.39.00.00.00.0500 – Outros Elemento de Despesa 3.3.90.39.00.00.00.0669 – Outros
Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Cód. Red. 715

Elemento de Despesa 3.3.90.39.00.00.00.0660 – Outros

Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

SECRETARIA DE TURISMO, DESENVOLVIMENTO Cód. Red. 909, 908

ECONÔMICO E ESPORTES

Proj. Ativ. 2.083 – GESTÃO E MANUTENÇÃO DA Proj. Ativ. 2101 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES
ATIVIDADES DA SECRETARIA SOCIOASSISTENCIAIS BÁSICAS DAS FAMÍLIAS E

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0500 – Outros Serviços de GRUPOS

Terceiros – Pessoa Jurídica

Elemento de Despesa 3.3.90.39.00.00.00.0669 – Outros

Cód Orc Red – 799

Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Cód. Red. 916

Proj. Ativ. 2.093 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
APOIO AOS SETORES ECONÔMICOS

Proj. Ativ. 2102 – EVENTOS

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0500 – Outros Serviços de Elemento de Despesa 3.3.90.39.00.00.00.0669 – Outros
Terceiros – Pessoa Jurídica Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Cód Orc Red – 815

Cód. Red. 922

Proj. Ativ. 2.086 – CALENDÁRIO DE EVENTOS

Proj. Ativ. 2103 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0500 – Outros Serviços de SOCIOASSISTENCIAIS BÁSICAS AO IDOSO

Terceiros – Pessoa Jurídica

Elemento de Despesa 3.3.90.39.00.00.00.0669 – Outros

Cód Orc Red – 842

Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Cód. Red. 929





DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA OITAVA – Constituem direitos do **MUNICÍPIO**, receber o objeto deste instrumento nas condições avençadas e do **FORNECEDOR**, perceber o valor ajustado na forma e nos prazos convencionados.

CLÁUSULA NONA – Constituem obrigações do **MUNICÍPIO**:

- a) pagar ao **FORNECEDOR** os valores correspondentes ao objeto deste instrumento, de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos.
- b) promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto contratado, de forma que sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- c) prestar as informações e os esclarecimentos e/ou dúvidas atinentes ao objeto deste instrumento, que venham a ser solicitados pelos funcionários do **FORNECEDOR**;
- d) exercer fiscalização sobre a execução do presente instrumento de modo a comprovar se estão em acordo com o ajustado
- e) comunicar ao **FORNECEDOR**, qualquer irregularidade manifestada na prestação de serviços e interromper imediatamente a mesma, se for o caso.
- f) aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA – Constituem obrigações do **FORNECEDOR**:

I – Referente à execução do serviço:

- a) prestar os serviços de acordo com as especificações e prazos constantes no Termo de Referência.
- b) o **FORNECEDOR** fica obrigado a arcar com todas as despesas de transporte, alimentação, hospedagem, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais.
- c) Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital em compatibilidade com as obrigações assumidas.
- d) prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização designada pela **ADMINISTRAÇÃO** e atender prontamente às reclamações e orientações sobre seus serviços;
- e) o **FORNECEDOR** deverá informar à Administração toda e qualquer alteração do quadro de colaboradores, com indicação dos dados dos novos empregados e a apresentação da documentação conforme condições editalícias
- f) fornecer mão de obra, nos termos da legislação vigente;
- g) fornecer todos os equipamentos de segurança (EPs) aos seus empregados e os veículos no mais perfeito estado de uso e conservação, especialmente no tocante à segurança;
- h) efetuar todos os exames de saúde pertinentes em seus empregados;
- i) responsabilizar-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outros, resultantes da execução do objeto conforme exigência legal;
- j) exigir que os seus empregados mantenham a disciplina nos locais de execução dos serviços, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer empregado





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO



considerado com conduta inconveniente, sendo vedado o remanejamento do aludido empregado para execução de outro serviço contratado;

k) assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito;

l) cumprir os postulados legais vigentes de âmbito Federal, Estadual e Municipal e as Normas Internas de Segurança e Medicina do Trabalho;

m) responder, de imediato, à **ADMINISTRAÇÃO** com reposição e / ou ressarcimento do prejuízo constatado, pelos danos e avarias causados por seus empregados e preposto ao Patrimônio Público, decorrentes de sua culpa ou dolo no exercício de suas atividades;

n) prestar os serviços com técnica dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas pela **ADMINISTRAÇÃO**, bem como pelas normas legais em vigor;

o) responsabilizar-se, por eventuais paralisações, por parte e iniciativa dos seus empregados, sem repasse de qualquer ônus à **ADMINISTRAÇÃO** e sem deixar de atender a execução dos serviços nos moldes contratados;

p) manter em local visível e adequado dos veículos utilizados na prestação dos serviços objeto deste o "Aviso"- Seguro Obrigatório, atendendo a Portaria SUP/DER – 117 – 06/12/2007.

q) manter em local visível e adequado dos veículos utilizados na prestação dos serviços objeto deste o Aviso de "Não fume";

r) os veículos deverão possuir bancos com encosto regulável, assentos revestidos com tecido, confortáveis, limpos e devidamente higienizados e com cintos de segurança, tudo em conforme as disposições das normas pertinentes e vigentes;

s) as saídas de emergência dos veículos deverão estar devidamente sinalizadas, inclusive com orientação da forma correta de seu acionamento;

t) a contratada deverá utilizar somente os veículos que foram vistoriados e aprovados pela **ADMINISTRAÇÃO** através de funcionário designado, sendo que nos casos de ser necessária a substituição de um veículo, mesmo que para uma única viagem, este fato deverá ser prévia e expressamente comunicado à **ADMINISTRAÇÃO**, e o veículo que for realizar o transporte deverá ser previamente submetido à vistoria e aprovação.

u) cumprir fielmente as cláusulas constantes neste instrumento.

v) ser a única responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como por todos os gastos e encargos inerentes à necessária e perfeita execução do objeto, entendendo-se como ônus tributários: pagamento de impostos, taxas, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, para a perfeita execução do objeto.

II – São obrigações dos MOTORISTAS do fornecedor:

a) respeitar a sinalização de trânsito e os limites de velocidade respectivos;

b) tomar conhecimento, antecipadamente, do itinerário a ser percorrido;

c) realizar o controle de Embarque de passageiros, conforme as normas expedidas pela **ADMINISTRAÇÃO**;



- d) nunca ler, ou pegar o telefone celular, enquanto estiver dirigindo;
- e) nunca dirigir de chinelo ou similar, ou seja, usar sempre o calçado adequado;
- f) nunca dirigir sob efeito de álcool ou drogas;
- g) transitar sempre com faróis baixo acesos;
- h) adotar sempre boas práticas de direção defensiva;
- i) dar preferência à passagem de pedestres que estiverem na via;
- j) guardar ferramentas e carga em local apropriado, nunca em corredores ou junto aos passageiros;
- k) nunca transportar passageiros em pé ou sentados nos corredores;
- l) estacionar sempre em local permitido e nunca interromper vias ou passagens em geral;
- m) não transportar nenhum tipo de produto químico dentro do veículo e nem no bagageiro;
- n) não transportar animais.
- o) tirar foto no início do percurso do hodômetro do veículo e uma no final, para fins de comprovação da quilometragem percorrida

DA REVISÃO, SUSPENSÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução ou aumento dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observando:

I – as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do Art. 124 da Lei 14.133/2021, mediante a devida comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso;

a) na hipótese prevista acima, o órgão atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

b) na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no art. 15, do Decreto Municipal nº 004/2024 – Sistema de Registro de Preços, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

II – a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

Parágrafo Primeiro: O preço registrado poderá ser suspenso ou cancelado, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos seguintes casos:

I – pela Administração, quando:

- a) o fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que der origem ao registro de preços;
- b) o fornecedor recusar-se a assinar a ata ou a formalizar contrato decorrente do registro de preços, ressalvada a hipótese de a Administração aceitar sua justificativa;
- c) o fornecedor der causa à rescisão de contrato decorrente do registro de preços;



d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;

f) por razões de interesse público, devidamente fundamentadas.

II – pelo fornecedor quando, mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.

Parágrafo Segundo: A comunicação do cancelamento ou da suspensão do preço registrado, nos casos previstos no inciso I, parágrafo primeiro, deverá ser formalizada por e-mail ou por correspondência, ambos com aviso de leitura/recebimento, juntando-se o comprovante no processo que deu origem ao registro de preços.

Parágrafo Terceiro: No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial do Município, considerando-se cancelado ou suspenso o preço registrado a partir de 5 (cinco) dias úteis da sua publicação.

Parágrafo Quarto: A solicitação do fornecedor para cancelamento de preço registrado somente o eximirá da obrigação de contratar com a Administração se apresentada com antecedência mínima de 05 dias úteis da data da convocação para firmar contrato de fornecimento ou de prestação de serviços pelos preços registrados, ou da emissão do empenho, conforme o caso, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

Parágrafo Quinto: Será estabelecido, no edital ou no expediente da solicitação, o prazo previsto para a suspensão temporária do preço registrado.

Parágrafo Sexto: Enquanto perdurar a suspensão, poderão ser realizadas novas licitações para o objeto do registro de preços.

Parágrafo Sétimo: Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto na alínea b, inciso I, caput, a Secretaria de Fazenda e Planejamento convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observadas as formalizações preestabelecidas no edital;

Parágrafo Oitavo: Se não obtiver êxito nas negociações, será procedido com o cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no art. 14, do Decreto Municipal nº 004/2024 – Sistema de Registro de Preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

Parágrafo Nono: Da decisão que a cancelar ou suspender o preço registrado cabe recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Os preços não sofrerão reajustes, conforme determina o parágrafo primeiro do Art. 2º da Lei 10.192/01.

Parágrafo Primeiro: De acordo com a previsão do Art. 124, II, “d” da Lei 14.133/21, fica ressalvada a possibilidade de reequilíbrio econômico-financeiro em face da superveniência das condições de



mercado aplicáveis à espécie, devendo para tanto ser encaminhado pedido de reequilíbrio econômico-financeiro devidamente fundamentado e justificado, ou seja, acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como listas de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição, matérias-primas, notas fiscais ou de outros documentos julgados necessários, demonstrando de maneira clara e inequívoca o pedido.

Parágrafo Segundo: A mera variação do mercado ou impacto decorrente de fatores alheios não é suficiente para determinar a realização de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, sendo essencial a presença de uma das hipóteses previstas no art 124, Inciso II, alínea “d” da Lei 14.133/21.

Parágrafo Terceiro: Em caso de apresentação e de indeferimento de pedido de realinhamento de preço registrado, via requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, o fornecedor permanece obrigado a cumprir as disposições da ata de registro de preços, tendo que manter o fornecimento dos produtos.

Parágrafo Quarto: O indeferimento do pedido de reequilíbrio não será causa de desclassificação do licitante/fornecedor no certame.

Parágrafo Quinto: Em caso de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, a empresa fornecedora fica obrigada a manter o valor e execução do objeto solicitado pelos municípios participantes do processo até a data de solicitação.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – O FORNECEDOR sujeita-se às seguintes penalidades:

I – Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, ao **FORNECEDOR** que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- h) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- i) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- k) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II – O **FORNECEDOR** que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:





- a) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o objeto contratado;
- b) Multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- c) Após o décimo trigésimo dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- d) Multa compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total do objeto;
- e) Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- f) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos;
- g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o **FORNECEDOR** ressarcir ao **MUNICÍPIO** pelos prejuízos causados.
- h) A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.
- i) A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – A lavratura da presente Ata decorre da realização do Procedimento Licitatório Modalidade Pregão Eletrônico nº 006/2024, realizado em conformidade com os preceitos da Lei Federal nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021.

Parágrafo Único – A execução deste Instrumento, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do Artigo 89, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Não obstante o **FORNECEDOR** seja o único e exclusivo responsável pela prestação dos serviços, a **ADMINISTRAÇÃO**, através do servidor _____, nomeado pela Portaria nº ____/2024, devidamente designado para



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO



essa finalidade, acompanhará e fiscalizará sua execução, sem de qualquer forma restringir a plenitude dessa responsabilidade.

Parágrafo Primeiro – O fiscal anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas ao objeto contratado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou vícios observados, bem como as demais disposições contantes no art. 117 e parágrafos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Segundo – As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas ao Prefeito Municipal, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

Parágrafo Terceiro – Caberá ao fiscal, representando a **ADMINISTRAÇÃO**, a atestação das notas fiscais correspondentes aos serviços.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – As partes elegem o Foro da Comarca de Jaguari, RS, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da presente Ata.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas instrumentais, abaixo firmadas.

Nova Esperança do Sul, RS, ____ de _____ de 2024

PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

EMPRESA _____
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Publicado no Mural

Em :...../...../.....





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO



DO CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	ITEM	CNPJ	FORNECEDOR	QUANT. MÍNIMA	QUANT. MÁXIMA	VALOR UNIT. R\$

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	ITEM	CNPJ	FORNECEDOR	QUANT. MÍNIMA	QUANT. MÁXIMA	VALOR UNIT. R\$





ANEXO VI – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº /2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 022/2024

**“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE
PASSAGEIROS, AO MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO
SUL, RS.”**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 92.455.393/0001-46, com sede administrativa à Rua Marquês de Tamandaré, 1470, Centro, Nova Esperança do Sul, RS, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Senhor **IVORI ANTONIO GUASSO JUNIOR**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1081718957, inscrito no CPF sob o nº 004.651.690-58, residente e domiciliado na Rua Marques de Tamandaré, 1382, Centro, Nova Esperança do Sul, RS.

CONTRATADA: _____, inscrita no CNPJ/CPF sob o nº _____, localizada à Rua _____, _____, bairro _____, na cidade de _____, estado do _____, representada neste ato pelo seu (proprietário, diretor, administrador, etc) Senhor _____, nacionalidade, profissão, estado civil, portador da Cédula de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado à Rua _____, _____, na cidade de _____, estado do _____.

As partes acima identificadas celebram em comum acordo de vontades, o presente Instrumento Contratual, tudo conforme consta no Processo Licitatório Modalidade Pregão Eletrônico nº 006/2024 que será regido pelas cláusulas e disposições seguintes, tendo como fundamentação o Artigo 89 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e supletivamente com as normas legais de direito privado.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – Constitui objeto do presente instrumento a contratação de empresa para prestação de serviços de transporte intermunicipal de passageiros, por quilômetro efetivamente rodado, ao município de Nova Esperança do Sul, RS, nas especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo ao Edital, nas quantidades e especificações abaixo:

ITEM	QUANT	UN.	DESCRIÇÃO MÍNIMA	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$





Parágrafo Primeiro: Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA SEGUNDA– Os serviços deverão ser executados obedecendo ao seguinte:

I – Da descrição dos serviços:

- a)** A contratada deverá cumprir o roteiro determinado pelo responsável indicado para ser o fiscal da prestação dos serviços, em cada Secretaria, devendo manter o veículo em boas condições de uso, e em caso de avaria que impeça o veículo de realizar o transporte, o mesmo deverá ser imediatamente substituído por outro veículo com capacidade igual ou superior imediatamente após o momento em que se ocorreu a avaria.
- b)** A empresa contratada receberá das Secretarias o itinerário a ser cumprido, sendo que as solicitações e envio de itinerários deverão ser realizados pelo responsável da Administração até 2 (dois) dias antes da execução do serviço, inclusive, se for necessário, aos finais de semana e feriados.
- c)** Dados a serem fornecidos pelas Secretarias:
 - c.1) local de saída e horário, bem como previsão estimada de retorno;
 - c.2) local de destino;
 - c.3) lista com nome dos passageiros e respectivo RG;
 - c.4) horário de retorno.
- d)** A expressão: “transporte intermunicipal eventual” contida no objeto engloba: o transporte de pacientes para a realização de consultas / retornos e tratamentos médicos; competidores e munícipes quando da realização e participação em eventos públicos, esportivos e / ou culturais, em outras localidades e que sejam do interesse coletivo da comunidade em geral; munícipes para a Secretaria de Assistência Social; alunos com o objetivo educativo e / ou cultural; funcionários desta Administração Municipal que necessitem do transporte a fim de satisfazer interesses deste município em outras localidades, além de outros mais que se façam necessários, sempre visando o atendimento do princípio do interesse público e da comunidade local em geral.
- e)** Sempre que houver substituição do veículo, poderão ser realizadas novas vistorias.

II – Da execução dos serviços:

- a)** A empresa contratada para exercer suas funções deverá atender às normas do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).
- b)** Toda e qualquer despesa de viagem ficará a cargo da empresa contratada.
- c)** Em caso de problemas mecânicos, elétricos etc, no veículo, a empresa responsabilizar-se-á pela substituição do mesmo e continuidade do serviço, sem prejuízo da programação.
- d)** Após a entrega do itinerário, caso seja necessária a alteração do mesmo o responsável determinado como fiscal pelas Secretarias entrará em contato com o responsável nomeado pela



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO



contratada para realizar as alterações como: Alteração de horários, alteração de itinerários, visando atender as necessidades que faz uso do transporte;

e) A quilometragem devida por esta Administração à contratada corresponderá à distância (quilometragem) efetivamente percorrida entre a origem e o destino, com passageiros, sendo que a mesma será atestada pelo responsável que solicitou / autorizou a execução da mesma. Não serão consideradas as quilometragens correspondentes à mobilização e desmobilização do veículo, ou seja, o deslocamento até o local determinado para o início do transporte e, o deslocamento até a garagem após o destino final, bem como, não será computado no total de quilômetros efetivamente rodados na execução deste serviço, aqueles que sejam oriundos de erro de percurso, visto que estes são de culpa exclusiva do fornecedor. Não serão consideradas também as quilometragens necessárias à manutenção do veículo (mecânica, elétrica, entre outras).

f) Para fins de comprovação da quilometragem percorrida deverá o fornecedor entregar uma foto do início do percurso do hodômetro do veículo e uma do final, as quais deverão ser anexadas à nota fiscal.

g) Os veículos da empresa contratada que forem prestar os serviços deverão contar com tecnologia embarcada para rastreamento veicular, sendo que quando necessário o Município poderá solicitar, a qualquer momento, a cópia do trajeto percorrido pelo veículo conforme constar no sistema de rastreamento.

h) O procedimento solicitado pelas Secretarias Municipais, que estiver constando nesse instrumento, não poderá ser rejeitado pela contratada sem apresentar razões objetivas e concretas que justifiquem a conduta adotada.

i) O município não é obrigado a agendar uma quantidade mínima de procedimentos. A contratada deverá prestar seus serviços sempre que solicitado, ficando ao exclusivo critério das Secretarias solicitar a quantidade no momento do agendamento.

j) As secretarias poderão, a qualquer momento antes de iniciar um itinerário, realizar vistoria no veículo que prestará o serviço, com a finalidade de identificar se as condições do veículo condizem com as boas práticas para o conforto e segurança dos passageiros.

k) Ficarão autorizadas as Secretarias a realizar registro fotográfico caso identifique alguma condição julgada como irregular no veículo. Mesmo existindo essa possibilidade de verificação, recairá exclusivamente ao fornecedor a responsabilidade em manter em condições os automóveis.

l) A empresa deverá apresentar sempre o veículo em bom estado de conservação, limpo e higienizado, bem como adequados equipamentos de segurança (tacógrafo, cinto de segurança, sinalização e certificados de vistoria, etc), bem como estar devidamente licenciados para o fim a que se destinam.

m) A empresa deve se responsabilizar pelos protocolos sanitários de acordo com a legislação vigente.

n) Os veículos não poderão ter mais de 10 anos de fabricação.

o) Na realização dos serviços **DEVERÃO** ser utilizados van, ônibus e micro-ônibus (adequado de acordo com os itens vencidos pelo licitante adjudicatário em primeiro lugar), com capacidade mínima



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO



de lotação conforme disposto nos itens correspondentes, que atenda todas as exigências do Estudo Técnico Preliminar, do Código de Trânsito Brasileiro e demais normas pertinentes em vigor.

p) Os motoristas deverão ser legalmente habilitados para dirigirem os veículos necessários à execução do objeto, com carteira de habilitação dentro do prazo de validade e compatível com a categoria, bem como, deverão estar com os respectivos exames médicos em dia, devendo possuir também o certificado de conclusão do curso de capacitação de transporte coletivo de passageiros e o curso de direção defensiva tudo de acordo com as disposições do Código de Trânsito Brasileiro e demais normas em vigor, o que será verificado e fiscalizado pela Administração, através do Departamento competente.

q) A contratada, sob nenhum pretexto, poderá utilizar para o transporte de passageiros, veículo que deixe de oferecer condições de conforto e segurança aos usuários. Assim, fica exclusivamente a cargo da mesma a disponibilização integral de veículos perfeitamente adequados para a execução dos serviços de transporte ora licitados, bem como, é de responsabilidade exclusiva da mesma a sua manutenção em geral, os serviços de oficina, a reposição de peças, o abastecimento, os salários, os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários de seus empregados, e outros ônus que possam recair sobre a contratada que sejam decorrentes dos serviços de transporte de passageiros.

r) A contratada está obrigada a manter em favor dos passageiros e em referência a terceiros, o seguro de acidentes pertinente, não restando para a **CONTRATANTE** qualquer responsabilidade por sinistros, acidentes ou danos pessoais, materiais e/ou morais ocasionados em decorrência direta ou indireta da execução dos serviços objeto, seja por culpa da contratada ou de terceiros.

s) A contratada será integral, único e plenamente responsável pelos passageiros, durante a execução do objeto contratado e também responsável por todos e quaisquer danos ocasionados a terceiros em decorrência da prestação dos serviços.

t) A contratada deverá cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços de transporte contratado, especialmente, o Código de Trânsito Brasileiro, as normas e resoluções em geral editadas pelos órgãos de trânsito, a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, de segurança e medicina do trabalho e outras pertinentes à matéria.

u) Quanto aos empregados da contratada:

u.1) os serviços deverão ser executados por empregados da **contratada**, que garantirá a adequada e plena execução de todas as atividades de forma permanente, conforme as necessidades e as exigências da **CONTRATANTE**;

u.2) a contratada deverá orientar os seus empregados para agirem sempre com respeito, urbanidade, responsabilidade, seriedade, dentre outras características que contribuam com a boa, eficaz, qualitativa e perfeita execução do objeto contratado, devendo, ainda, ser sempre observada, impreterivelmente, a pontualidade no cumprimento das obrigações assumidas, a fim a evitar-se a ocorrência de prejuízos em geral, sendo que o descumprimento de qualquer uma destas exigências acarretará na aplicação de sanções ao **fornecedor**;

u.3) os empregados da contratada devem ser educados, apresentar-se corretamente vestidos (uniformizados), ter iniciativa, atender com presteza as solicitações e serem responsáveis para com as atividades a serem executadas;





u.4) a **CONTRATANTE** poderá solicitar que seja afastado imediatamente do serviço o empregado que não se portar convenientemente ou que não atenda à execução dos serviços de forma adequada e correta;

u.5) a **CONTRATADA** será responsabilizada por todo e qualquer dano que, por dolo ou culpa, os seus empregados causarem a esta Administração ou a terceiros, sendo descontado no primeiro pagamento subsequente à ocorrência do fato, o valor correspondente ao dano e / ou prejuízo causado.

DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLÁUSULA TERCEIRA – O valor global estimado deste contrato é de **R\$**
(.....), de acordo com a proposta vencedora do presente processo que deu origem a este contrato administrativo, entendido este como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto.

Parágrafo Único – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – Os pagamentos processar-se-ão obedecendo o seguinte:

a) A **CONTRATADA** deverá enviar, Nota Fiscal Eletrônica, pelo e-mail nfe@novaesperancadosul.rs.gov.br, que após atestada pelo fiscal do Contrato, será encaminhada para liquidação e pagamento das despesas, sendo formalizado através de ordem bancária creditada em conta-corrente, em nome da **CONTRATADA**.

Observação: A fim de se acelerar o trâmite da liberação do documento fiscal para pagamento, as notas fiscais emitidas pela **CONTRATADA** deverão conter, em local de fácil visualização, o número do **CONTRATO ADMINISTRATIVO N° /2024, PREGÃO ELETRÔNICO N° 006/2024, ORDEM DE COMPRAS/EMPENHO N°**

b) Os pagamentos para as Atas/Contratos cujo valor total não ultrapasse o limite do art. 75, inciso II da Lei Federal 14.133/2021, serão efetuados em até 10 (dez) dias consecutivos, contados da liquidação, conforme prevê o art. 141, da Lei Federal n.º 14.133/2021 e o art. 7º, inciso II, do Decreto Municipal nº 029/2023 – Ordem Cronológica de Pagamentos.

c) Os pagamentos para as Atas/Contratos em geral, cujo valor total ultrapasse o limite do art. 75, inciso II, da Lei Federal 14.133/2021, serão efetuados em até 30 (trinta) dias consecutivos, contados do atestado de liquidação pelo servidor responsável, em conformidade com o que dispõe o art. 141, da Lei Federal n.º 14.133/2021 e o art. 7º, Inciso I, do Decreto Municipal nº 029/2023 – Ordem Cronológica de Pagamentos.

d) A administração terá o prazo de até 10 (dez) dias consecutivos, a contar da apresentação na nota fiscal, para a liquidação, conforme dispõe o art. 6º do Decreto Municipal nº 029/2023 – Ordem Cronológica de Pagamentos.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO



e) A **CONTRATANTE** reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da fiscalização, o objeto do presente contrato não estiver de acordo com as especificações apresentadas neste instrumento e, ainda, se forem fornecidos sem a prévia autorização e fiscalização do servidor nomeado para esta finalidade.

f) A **CONTRATANTE** poderá reduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

g) Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pro rata.

h) No ato do pagamento poderão ser retidos:

I – O valor correspondente a 3% (três por cento) a título de ISSQN.

II – O valor correspondente a 11% (onze por cento) a título de INSS.

III – O valor corresponde ao Imposto de Renda, de acordo com a IN RFB nº1.234/2012 e Decreto Municipal 110/2021.

Parágrafo Único – Durante o período contratual os preços serão praticados, na forma e valores descritos na proposta da **CONTRATADA**.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA QUINTA – A vigência deste Contrato será de 1 (um) ano a contar de sua assinatura.

Parágrafo Único – O presente contrato poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

CLÁUSULA SEXTA – As despesas decorrentes da execução do objeto contratado correrão a expensas do Gabinete do Prefeito e Secretarias Municipais abaixo relacionadas, nas atividades funcionais programáticas vigentes 2024.

GABINETE DO PREFEITO

Proj. Atv. 2.004 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.0500 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Cód Orc Red – 33

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

Proj. Ativ. 2.011 – GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

Elemento de Despesa 3.3.90.39.00.00.00.0500 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Cód. Red. 93

Proj. Atv. 2.010 FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FMDCA

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0759 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0759 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Cód Orc Red – 1210, 1128

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

Proj. Ativ. 2015 – GESTÃO E MANUTENÇÃO FAZENDÁRIA MUNICIPAL

Elemento de Despesa 3.3.90.39.00.00.00.0500 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Cód. Red. 123





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO**



Cód Orc Red – 413, 414

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, HABILITAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS

Proj. Ativ. 2018 – GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E DE ENGENHARIA

Elemento de Despesa 3.3.90.39.00.00.00.0500 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Cód. Red. 180

Proj. Ativ. 2.128 – ATIVIDADES DA PRÉ-ESCOLA

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0500 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0540 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Cód Orc Red – 1141, 1142

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Proj. Ativ. 2.029 – GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0500 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Cód Orc Red – 255

Proj. Ativ. 2.044 – ATIVIDADES DA CRECHE

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0500 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0540 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Cód Orc Red – 442, 443

Proj. Ativ. 2.030 – ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0500 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0540 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Cód Orc Red – 282, 283

Proj. Ativ. 2.046 – ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0550 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0500 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0540 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Cód Orc Red – 1158, 466, 467

Proj. Ativ. 2.039 – ATIVIDADES DA PRÉ-ESCOLA

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0500 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0540 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Cód Orc Red – 306, 307

Proj. Ativ. 2.049 – PROGRAMA UNIÃO FAZ A VIDA

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0759 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Cód Orc Red – 482

Proj. Ativ. 2.033 – ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0500 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0540 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Cód Orc Red – 355, 356

Proj. Ativ. 2.053 – MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA CULTURA

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0500 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0715 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Cód Orc Red – 508, 1212

Proj. Ativ. 2.034 – ATIVIDADES DA PRÉ-ESCOLA

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0500 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0540 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Cód Orc Red – 368, 369

SECRETARIA DE SAÚDE

Proj. Ativ. 2.057 GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0500 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Cód Orc Red – 551

Proj. Ativ. 2.040 – ATIVIDADES DA CRECHE

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0500 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0540 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Proj. Ativ. 2.122 – CALENDÁRIO DE EVENTOS ATENÇÃO BÁSICA

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0500 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Cód Orc Red – 673





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO**



Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0759 – Outros Serviços de
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PRODUÇÃO ANIMAL, MEIO AMBIENTE E OBRAS DO INTERIOR Terceiros – Pessoa Jurídica
Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0759 –
Proj. Ativ. 2069 – GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA
Cód Orc Red – 1185, 871
Elemento de Despesa 3.3.90.39.00.00.00.0500 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Cód. Red. 707
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Proj. Ativ. 2099 – GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA
Elemento de Despesa 3.3.90.39.00.00.00.0669 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Cód. Red. 715
Elemento de Despesa 3.3.90.39.00.00.00.0660 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Cód. Red. 891, 890
SECRETARIA DE TURISMO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E ESPORTES
Proj. Ativ. 2100 – MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS
Proj. Ativ. 2.083 – GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA
Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0500 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Cód Orc Red – 799
Elemento de Despesa 3.3.90.39.00.00.00.0669 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Cód. Red. 909, 908
Proj. Ativ. 2.093 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE APOIO AOS SETORES ECONÔMICOS
Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0500 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Cód Orc Red – 815
Proj. Ativ. 2101 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS BÁSICAS DAS FAMÍLIAS E GRUPOS
Elemento de Despesa 3.3.90.39.00.00.00.0669 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Cód. Red. 916
Proj. Ativ. 2.086 – CALENDÁRIO DE EVENTOS
Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0500 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Cód Orc Red – 842
Proj. Ativ. 2102 – EVENTOS
Elemento de Despesa 3.3.90.39.00.00.00.0669 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Cód. Red. 922
Atv. 2.089 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES
Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0500 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Cód Orc Red – 852
Proj. Ativ. 2103 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS BÁSICAS AO IDOSO
Elemento de Despesa 3.3.90.39.00.00.00.0669 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Cód. Red. 929
Atv. 2.092 – FUNDO MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO E LAZER

DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA SÉTIMA – Constituem direitos da **CONTRATANTE**, receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da **CONTRATADA**, perceber o valor ajustado na forma e nos prazos convencionados.





CLÁUSULA OITAVA – Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a) pagar à **CONTRATADA** os valores correspondentes ao objeto deste Contrato, de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos.
- b) promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto contratado, de forma que sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- c) prestar as informações e os esclarecimentos e/ou dúvidas atinentes ao objeto deste contrato, que venham a ser solicitados pelos funcionários da **CONTRATADA**;
- d) exercer fiscalização sobre a execução do presente contrato de modo a comprovar se estão em acordo com o ajustado
- e) comunicar à **CONTRATADA**, qualquer irregularidade manifestada na prestação de serviços e interromper imediatamente a mesma, se for o caso.
- f) aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no Edital.

CLÁUSULA NONA – Constituem obrigações da CONTRATADA:

I – Referente à execução do serviço:

- a) prestar os serviços de acordo com as especificações e prazos constantes no Termo de Referência.
- b) a **CONTRATADA** fica obrigada a arcar com todas as despesas de transporte, alimentação, hospedagem, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais.
- c) manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital em compatibilidade com as obrigações assumidas.
- d) prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização designada pela **CONTRATANTE** e atender prontamente às reclamações e orientações sobre seus serviços;
- e) a **CONTRATADA** deverá informar à Administração toda e qualquer alteração do quadro de colaboradores, com indicação dos dados dos novos empregados e a apresentação da documentação conforme condições editalícias
- f) fornecer mão de obra, nos termos da legislação vigente;
- g) fornecer todos os equipamentos de segurança (EPs) aos seus empregados e os veículos no mais perfeito estado de uso e conservação, especialmente no tocante à segurança;
- h) efetuar todos os exames de saúde pertinentes em seus empregados;
- i) responsabilizar-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outros, resultantes da execução do objeto conforme exigência legal;
- j) exigir que os seus empregados mantenham a disciplina nos locais de execução dos serviços, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente, sendo vedado o remanejamento do aludido empregado para execução de outro serviço contratado;
- k) assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito;
- l) cumprir os postulados legais vigentes de âmbito Federal, Estadual e Municipal e as Normas Internas de Segurança e Medicina do Trabalho;





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO**



- m) responder, de imediato, à **CONTRATANTE** com reposição e / ou ressarcimento do prejuízo constatado, pelos danos e avarias causados por seus empregados e preposto ao Patrimônio Público, decorrentes de sua culpa ou dolo no exercício de suas atividades;
- n) prestar os serviços com técnica dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas pela **CONTRATANTE**, bem como pelas normas legais em vigor;
- o) responsabilizar-se, por eventuais paralisações, por parte e iniciativa dos seus empregados, sem repasse de qualquer ônus à **CONTRATANTE** e sem deixar de atender a execução dos serviços nos moldes contratados;
- p) manter em local visível e adequado dos veículos utilizados na prestação dos serviços objeto deste o "Aviso"- Seguro Obrigatório, atendendo a Portaria SUP/DER – 117 – 06/12/2007.
- q) manter em local visível e adequado dos veículos utilizados na prestação dos serviços objeto deste o Aviso de "Não fume";
- r) os veículos deverão possuir bancos com encosto regulável, assentos revestidos com tecido, confortáveis, limpos e devidamente higienizados e com cintos de segurança, tudo em conforme as disposições das normas pertinentes e vigentes;
- s) as saídas de emergência dos veículos deverão estar devidamente sinalizadas, inclusive com orientação da forma correta de seu acionamento;
- t) a contratada deverá utilizar somente os veículos que foram vistoriados e aprovados pela **CONTRATANTE** através de funcionário designado, sendo que nos casos de ser necessária a substituição de um veículo, mesmo que para uma única viagem, este fato deverá ser prévia e expressamente comunicado à **CONTRATANTE**, e o veículo que for realizar o transporte deverá ser previamente submetido à vistoria e aprovação.
- u) cumprir fielmente as cláusulas constantes neste instrumento.
- v) ser a única responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como por todos os gastos e encargos inerentes à necessária e perfeita execução do objeto, entendendo-se como ônus tributários: pagamento de impostos, taxas, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, para a perfeita execução do objeto.

II – São obrigações dos MOTORISTAS da contratada:

- a) respeitar a sinalização de trânsito e os limites de velocidade respectivos;
- b) tomar conhecimento, antecipadamente, do itinerário a ser percorrido;
- c) realizar o controle de Embarque de passageiros, conforme as normas expedidas pela **CONTRATANTE**;
- d) nunca ler, ou pegar o telefone celular, enquanto estiver dirigindo;
- e) nunca dirigir de chinelo ou similar, ou seja, usar sempre o calçado adequado;
- f) nunca dirigir sob efeito de álcool ou drogas;
- g) transitar sempre com faróis baixo acesos;
- h) adotar sempre boas práticas de direção defensiva;
- i) dar preferência à passagem de pedestres que estiverem na via;



- j) guardar ferramentas e carga em local apropriado, nunca em corredores ou junto aos passageiros;
- k) nunca transportar passageiros em pé ou sentados nos corredores;
- l) estacionar sempre em local permitido e nunca interromper vias ou passagens em geral;
- m) não transportar nenhum tipo de produto químico dentro do veículo e nem no bagageiro;
- n) não transportar animais.
- o) tirar foto no início do percurso do hodômetro do veículo e uma no final, para fins de comprovação da quilometragem percorrida

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA – A CONTRATADA sujeita-se às seguintes penalidades:

I – Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, a **CONTRATADA** que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- h) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- i) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- k) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II – A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o objeto contratado;
- b) Multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- c) Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- d) Multa compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total do objeto;
- e) Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;



- f) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos;
- g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a **CONTRATANTE** pelos prejuízos causados.
- h) A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.
- i) A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – A extinção do contrato observará o disposto nos art. 137, art. 138 e art. 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Constituem motivos para rescisão do Contrato:

- I – não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II – desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III – alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV – decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V – caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI – atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- VII – atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- VIII – razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;





IX – não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – A lavratura do presente Instrumento de Contrato decorre da realização do Procedimento Licitatório Modalidade Pregão Eletrônico nº 006/2024, realizado em conformidade com os preceitos da Lei Federal nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021.

Parágrafo Único – A execução deste Instrumento de Contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do Artigo 89, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Não obstante a **CONTRATADA** seja a única e exclusiva responsável pela prestação dos serviços, a **CONTRATANTE**, através do servidor _____, nomeado pela Portaria nº ____/2024, devidamente designado para essa finalidade, acompanhará e fiscalizará sua execução, sem de qualquer forma restringir a plenitude dessa responsabilidade.

Parágrafo Primeiro – O fiscal anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas ao objeto contratado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou vícios observados, bem como as demais disposições contantes no art. 117 e parágrafos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Segundo – As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas ao Prefeito Municipal, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

Parágrafo Terceiro – A contratada deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

Parágrafo Quarto – Caberá ao fiscal, representando a **CONTRATANTE**, a atestação das notas fiscais correspondentes aos serviços.

DO AUMENTO OU SUPRESSÃO DO FORNECIMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – No interesse da **CONTRATANTE**, o valor inicial atualizado do Contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de estabelecido no artigo 125, da Lei Federal nº 14.133/2021.

DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO



CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Quanto ao objeto, ocorrendo as hipóteses previstas no artigo 124, inciso II, alínea “d” da Lei nº 14.133/21, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, requerido tanto pela contratada, quanto pela contratante, desde que suficientemente comprovado, de forma documental, e de acordo com a Instrução Normativa Municipal nº SCI-01/2022, o desequilíbrio contratual.

Parágrafo Único: A mera variação do mercado ou impacto decorrente de fatores alheios não é suficiente para determinar a realização de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, sendo essencial a presença de uma das hipóteses previstas no art 124, Inciso II, alínea “d” da Lei 14.133/21.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – As partes elegem o Foro da Comarca de Jaguari, RS, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas instrumentais, abaixo firmadas.

Nova Esperança do Sul, RS, ____ de _____ de 2024

PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

EMPRESA _____
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Nome:

Fiscal do Contrato

Publicado no Mural

Em :...../...../.....





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO



ANEXO VII – PLANILHAS DE CUSTOS



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Nova Esperança do Sul – RS
Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento

PLANILHA DE CUSTOS DO TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS
2023

Roteiro:

NOVA ESPERANÇA DO SUL – RIO GRANDE DO SUL

VEÍCULO EXIGIDO -

Mínimo 20 lugares

KM por dia:	Dias/mês (estimado):	KM por mês:	Dias ano:	KM por ano:
181,885	23	4.183	276	50.200

PLANILHA PARA DEFINIÇÃO DO PREÇO

I – CUSTO FIXO

	Mensal	Anual
Salário categoria profissional:	R\$ 2.826,85	R\$ 33.922,20

II – ENCARGOS SOCIAIS

INSS (Art. 22, I, Lei nº 8212/91)	20,00%	R\$ 565,37	R\$ 6.784,44
FGTS (Art. 15, Lei nº 8036/90)	8,00%	R\$ 226,15	R\$ 2.713,78
SESI/SESC (Art. 30, Lei nº 8036/90)	1,50%	R\$ 42,40	R\$ 508,83
SENAI/SENAC (Decreto-Lei nº 2318/86)	1,00%	R\$ 28,27	R\$ 339,22
INCRA (Art. 1º, I, Decreto-Lei nº 1146/70, LC nº 11/71)	0,20%	R\$ 5,65	R\$ 67,84
SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei nº 8029/90, alterado pela Lei nº 8154/90)	0,60%	R\$ 16,96	R\$ 203,53
Salário Educação (art. 3º, I, Decreto nº 87043/82)	2,50%	R\$ 70,67	R\$ 848,06
SAT x RAT (art. 22, Inc. II, alíneas "b" e "c", Lei nº 8212/91)	3,00%	R\$ 84,81	R\$ 1.017,67
Total dos Encargos Sociais	36,80%	R\$ 1.040,28	R\$ 12.483,37

III – ENCARGOS TRABALHISTAS

13º Salário	8,33%	R\$ 235,48	R\$ 2.825,72
Férias (com o abono de 1/3)	11,11%	R\$ 314,06	R\$ 3.768,76
Aviso Prévio Trabalhado	3,19%	R\$ 90,18	R\$ 1.082,12
Auxílio Doença	1,66%	R\$ 46,93	R\$ 563,11
Acidente de Trabalho	0,01%	R\$ 0,28	R\$ 3,39
Faltas Legais	0,82%	R\$ 23,18	R\$ 278,16
Licença Maternidade	0,07%	R\$ 1,98	R\$ 23,75
Licença Paternidade	0,06%	R\$ 1,70	R\$ 20,35
Total dos Encargos Trabalhistas	25,25%	R\$ 713,78	R\$ 8.565,36

IV – INDENIZAÇÕES

Aviso Prévio Indenizado	2,64%	R\$ 74,63	R\$ 895,95
Rescisão Sem Justa Causa – Multa 40% FGTS	3,20%	R\$ 90,46	R\$ 1.085,54
Rescisão Sem Justa Causa – Contribuição 10% FGTS	0,80%	R\$ 22,61	R\$ 271,36
Total das Indenizações	6,64%	R\$ 187,70	R\$ 2.252,43

V – INCIDÊNCIAS

Incidências dos Encargos do Grupo II sobre o Grupo III	9,29%	R\$ 262,67	R\$ 3.152,05
Total das Incidências	9,29%	R\$ 262,67	R\$ 3.152,05

VI – ENCARGOS SOCIAIS SOBRE INDENIZAÇÕES

FGTS sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,13%	R\$ 3,67	R\$ 44,10
FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,32%	R\$ 9,05	R\$ 108,55
Total dos Encargos Sociais sobre Indenizações	0,45%	R\$ 12,72	R\$ 152,65

Total dos Grupos de Encargos (II + III + IV + VI + V)	78,43%	R\$ 2.217,15	R\$ 26.605,66
--	---------------	---------------------	----------------------

Outros Benefícios:	R\$ 209,30	Outros Benefícios:	R\$ 2.511,68
--------------------	------------	--------------------	--------------

Total de Pessoal e Encargos:	R\$ 63.039,68
-------------------------------------	----------------------





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO



Despesas Administrativas:	R\$ 6.913,50
IPVA:	R\$ 2.369,00
Licenciamento:	R\$ 94,10
Seguro Obrigatório:	R\$ (0,00)
Seguro Exigido:	R\$ (0,00)
Depreciação:	R\$ 23.690,00
Sub-total I (anual):	R\$ 96.106,26

VII – CUSTO VARIÁVEL				
	R\$ Unitário:	Rendimento:		R\$ Total:
Combustível:	R\$ 6,68	9	KM/L	R\$ 37.259,75
Despesas de Manutenção (relação combustível/manutenção):		30,00%		R\$ 11.177,92
Sub-total II (anual):				R\$ 48.437,67

VIII – CUSTO TOTAL (Sub-total I + Sub-total II): **R\$ 144.543,93**

KM/ano percorrido: 50.200

IX – CUSTO POR KM PERCORRIDO: **R\$ 2,88**

X – IMPOSTOS:		%	R\$	
ISS		3,00%	R\$	0,10
Cofins		3,00%	R\$	0,10
Pis		0,65%	R\$	0,02
Simples Nacional	Anexo III	0,00%	R\$	(0,00)

XI – LUCRO: 20,00% **R\$ 0,58**

XII – PREÇO TOTAL MÁXIMO POR KM RODADO **R\$ 3,68**

OBS.:

- 1 – Foi usado como base veículo Mercedes Benz Sprinter Van 2.2, modelo 2018, com capacidade para 20 passageiros.
- 2 – A planilha de Custos do Transporte Intermunicipal de Passageiros é meramente estimativa, cabendo ao licitante preenchê-la e apresentá-la em conformidade com a sua realidade e com o previsto neste edital.
- 3 – O salário, para fim de elaboração da planilha, foi estabelecido com base na Convenção Coletiva de Trabalho vigente de 01 de junho de 2023 a 31 de maio de 2024, firmada entre o SINDICATO DOS TRABALHADORES E CONDUTORES DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS DE SANTA MARIA-RS E REGIAO e o SINDICATO DAS EMPRESAS TRANSPORTES PASSAG FRETAM EST RS, registrada no MTE sob nº RS002244/2023 em 30/06/2023.
- 4 – A estimativa de Lucro (item XI) e as Despesas com Custo Variável (item VII), cabe a cada licitante preenchê-las e apresentá-las em conformidade com a sua realidade e expectativa de lucro durante a execução do contrato.
- 5 – Os tributos que compõem o item X, foram definidos utilizando o regime de tributação do Lucro Presumido, o licitante deve elaborar sua proposta e, por conseguinte, sua planilha com base no regime de tributação ao qual estará submetido durante a execução do contrato.

Nova Esperança do Sul, 06 de novembro de 2023.

Assinado por 1 pessoa: PAULO RENATO DE MATOS JÚNIOR
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://novaesperancadosul.rs.gov.br/verificacao/1ea0b01-eeef2-4878> e informe o código C1EA0B01-EEEF2-4878





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Nova Esperança do Sul – RS
Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento

PLANILHA DE CUSTOS DO TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS
2023

Roteiro: NOVA ESPERANÇA DO SUL – RIO GRANDE DO SUL

VEÍCULO EXIGIDO -

Mínimo 42 lugares

KM por dia:	Dias/mês (estimado):	KM por mês:	Dias ano:	KM por ano:
156,52	23	3.600	276	43.200

PLANILHA PARA DEFINIÇÃO DO PREÇO

I – CUSTO FIXO

	Mensal	Anual
Salário categoria profissional:	R\$ 2.826,85	R\$ 33.922,20

II – ENCARGOS SOCIAIS

INSS (Art. 22, I, Lei nº 8212/91)	20,00%	R\$ 565,37	R\$ 6.784,44
FGTS (Art. 15, Lei nº 8036/90)	8,00%	R\$ 226,15	R\$ 2.713,78
SESI/SESC (Art. 30, Lei nº 8036/90)	1,50%	R\$ 42,40	R\$ 508,83
SENAI/SENAC (Decreto-Lei nº 2318/86)	1,00%	R\$ 28,27	R\$ 339,22
INCRÁ (Art. 1º, I, Decreto-Lei nº 1146/70, LC nº 11/71)	0,20%	R\$ 5,65	R\$ 67,84
SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei nº 8029/90, alterado pela Lei nº 8154/90)	0,60%	R\$ 16,96	R\$ 203,53
Salário Educação (art. 3º, I, Decreto nº 87043/82)	2,50%	R\$ 70,67	R\$ 848,06
SAT x RAT (art. 22, Inc. II, alíneas "b" e "c", Lei nº 8212/91)	3,00%	R\$ 84,81	R\$ 1.017,67
Total dos Encargos Sociais	36,80%	R\$ 1.040,28	R\$ 12.483,37

III – ENCARGOS TRABALHISTAS

13º Salário	8,33%	R\$ 235,48	R\$ 2.825,72
Férias (com o abono de 1/3)	11,11%	R\$ 314,06	R\$ 3.768,76
Aviso Prévio Trabalhado	3,19%	R\$ 90,18	R\$ 1.082,12
Auxílio Doença	1,66%	R\$ 46,93	R\$ 563,11
Acidente de Trabalho	0,01%	R\$ 0,28	R\$ 3,39
Faltas Legais	0,82%	R\$ 23,18	R\$ 278,16
Licença Maternidade	0,07%	R\$ 1,98	R\$ 23,75
Licença Paternidade	0,06%	R\$ 1,70	R\$ 20,35
Total dos Encargos Trabalhistas	25,25%	R\$ 713,78	R\$ 8.565,36

IV – INDENIZAÇÕES

Aviso Prévio Indenizado	2,64%	R\$ 74,63	R\$ 895,56
Rescisão Sem Justa Causa – Multa 40% FGTS	3,20%	R\$ 90,46	R\$ 1.085,54
Rescisão Sem Justa Causa – Contribuição 10% FGTS	0,80%	R\$ 22,61	R\$ 271,36
Total das Indenizações	6,64%	R\$ 187,70	R\$ 2.252,43

V – INCIDÊNCIAS

Incidências dos Encargos do Grupo II sobre o Grupo III	9,29%	R\$ 262,67	R\$ 3.152,05
Total das Incidências	9,29%	R\$ 262,67	R\$ 3.152,05

VI – ENCARGOS SOCIAIS SOBRE INDENIZAÇÕES

FGTS sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,13%	R\$ 3,67	R\$ 44,16
FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,32%	R\$ 9,05	R\$ 108,55
Total dos Encargos Sociais sobre Indenizações	0,45%	R\$ 12,72	R\$ 152,69

Total dos Grupos de Encargos (II + III + IV + VI + V)	78,43%	R\$ 2.217,15	R\$ 26.605,86
--	---------------	---------------------	----------------------

Outros Benefícios:	R\$ 209,30	Outros Benefícios:	R\$ 2.511,60
--------------------	------------	--------------------	--------------

Total de Pessoal e Encargos:	R\$ 63.039,68
-------------------------------------	----------------------





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO



Despesas Administrativas:	R\$	6.913,50
IPVA:	R\$	2.369,00
Licenciamento:	R\$	94,10
Seguro Obrigatório:	R\$	(0,00)
Seguro Exigido:	R\$	(0,00)
Depreciação:	R\$	51.990,00
Sub-total I (anual):		R\$ 124.406,26

VII – CUSTO VARIÁVEL				
	R\$ Unitário:	Rendimento:		R\$ Total:
Combustível:	R\$ 6,68	6	KM/L	R\$ 48.095,47
Despesas de Manutenção (relação combustível/manutenção):			30,00%	R\$ 14.428,64
Sub-total II (anual):				R\$ 62.524,11

VIII – CUSTO TOTAL (Sub-total I + Sub-total II):	R\$	186.930,37
--	-----	------------

KM/ano percorrido:	43.200
--------------------	--------

IX – CUSTO POR KM PERCORRIDO:	R\$	4,33
-------------------------------	-----	------

X – IMPOSTOS:		%	R\$	0,35
ISS		3,00%	R\$	0,16
Cofins		3,00%	R\$	0,16
Pis		0,65%	R\$	0,03
Simples Nacional	Anexo III	0,00%	R\$	(0,00)

XI – LUCRO:	20,00%	R\$	0,87
-------------	--------	-----	------

XII – PREÇO TOTAL MÁXIMO POR KM RODADO	R\$	5,54
--	-----	------

QBS:
1 – Foi usado como base veículo Comil Invictus 1200, modelo 2018, com capacidade para 42 passageiros.
2 – A planilha de Custos do Transporte Intermunicipal de Passageiros é meramente estimativa, cabendo ao licitante preenchê-la e apresentá-la em conformidade com a sua realidade e com o previsto neste edital.
3 – O salário, para fim de elaboração da planilha, foi estabelecido com base na Convenção Coletiva de Trabalho vigente de 01 de junho de 2023 a 31 de maio de 2024, firmada entre o SINDICATO DOS TRABALHADORES E CONDUTORES DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS DE SANTA MARIA-RS E REGIÃO e o SINDICATO DAS EMPRESAS TRANSPORTES PASSAG FRETAM EST RS, registrada no MTE sob nº RS002244/2023 em 30/06/2023.
4 – A estimativa de Lucro (Item XI) e as Despesas com Custo Variável (Item VII), cabe a cada licitante preenchê-las e apresentá-las em conformidade com a sua realidade e expectativa de lucro durante a execução do contrato.
5 – Os tributos que compõem o item X, foram definidos utilizando o regime de tributação do Lucro Presumido, o licitante deve elaborar sua proposta e, por conseguinte, sua planilha com base no regime de tributação ao qual estará submetido durante a execução do contrato.

Nova Esperança do Sul, 06 de novembro de 2023.

Assinado por 1 pessoa: PAULO RENATO DE MATOS JÚNIOR
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://novaesperancadosul.1doc.com.br/verificacao/C093-782F-7BA8-0E3B>





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: C093-782F-7BA8-0E3B

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



IVORI ANTÔNIO GUASSO JÚNIOR (CPF 004.XXX.XXX-58) em 11/03/2024 23:00:10 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://novaesperancadosul.1doc.com.br/verificacao/C093-782F-7BA8-0E3B>